

CADERNOS TEMÁTICOS



LITORAL
SUSTENTÁVEL
DESENVOLVIMENTO
COM INCLUSÃO SOCIAL

TURISMO

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SEGURANÇA PÚBLICA

APOIO



REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

4	TURISMO SUSTENTÁVEL: experiências, práticas e caminhos	6	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR, pescadores, povos e comunidades tradicionais	32	SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E UMA AGENDA DE DIREITOS: o pré-sal como oportunidade	50
	EDITORIAL	7			SEGURANÇA E MUNICÍPIOS	
	TURISMO NAS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO do projeto Litoral Sustentável	10	EDITORIAL	33	a relevância das cidades	51
	ENCONTRO “TURISMO SUSTENTÁVEL” propicia intercâmbio cultural e estimula parcerias	13	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS e cultura alimentar	39	PANORAMA DO LITORAL desafios e potencialidades	53
	DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO	18	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a ponte entre educação e agricultura familiar	42	CIDADES MAIS RESILIENTES, cidades mais seguras	56
	TURISMO SUSTENTÁVEL na Baixada Santista	21	CULINÁRIA CAIÇARA	44		
	A DIVERSIFICAÇÃO DO TURISMO: perspectivas e desafios	24	SISTEMATIZAÇÃO DA DISCUSSÃO do evento	47		
	SISTEMATIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES	26	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48		
	PLENÁRIA FINAL como formar uma Rede de Turismo Regional?	31				

O Projeto *Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social*, proposto pelo Instituto Pólis à Petrobras, elaborou as “Agendas de Desenvolvimento Sustentável: contribuições para a Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo”, abrangendo a Região do Litoral Norte e da Baixada Santista, e 13 (treze) Agendas Municipais voltadas para questões mais específicas.

A elaboração destas Agendas é resultado de um processo iniciado em dezembro de 2011, que produziu, em sua primeira fase, 13 (treze) Diagnósticos Socioambientais Participativos dos Municípios integrantes do projeto e um Diagnóstico Regional, todos amplamente discutidos com a sociedade civil e os governos dos três níveis da federação. Numa segunda etapa do processo, iniciada em janeiro de 2013, foram elaboradas as propostas de Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável e as Agendas Municipais de Desenvolvimento Sustentável que foram apresentadas e discutidas em uma série de eventos públicos ao longo de 2013.

É com base neste processo de participação e intensos debates locais (que aconteceram também fora do âmbito do projeto Litoral Sustentável, em eventos do poder público e também da sociedade civil) que várias das ações estratégicas das Agendas puderam ser aprofundadas e já alinhadas para a sua efetiva concretização. Isto, é claro, dependeu bastante do processo de amadurecimento e da sensibilidade dos cidadãos e representantes públicos da região, que puderam contribuir decisivamente para que alguns dos temas aparecessem com mais peso e trazidos à tona com mais frequência durante todo o processo.

Temas que permearam as preocupações de momento e de futuro em todos os municípios estudados foram o turismo, a segurança alimentar e nutricional e a segurança pública. O projeto Litoral Sustentável fomentou, em conjunto com outros parceiros, a organização de dois eventos temáticos que, estrategicamente, puderam aprofundar e detalhar alguns dos debates ocorridos neste período de dois anos sobre os temas de Turismo Sustentável e Segurança Alimentar.

O presente volume *Cadernos Temáticos Litoral Sustentável* busca trazer os principais resultados obtidos das apresentações e discussões ocorridas nos eventos, mas há também espaço para várias reflexões e aprofundamento de análises que surgiram neste mesmo período. Além de Turismo Sustentável e Segurança Alimentar, também contamos com o uma relevante contribuição para a discussão do tema da Segurança Pública.

Os eventos temáticos foram fundamentais para iniciar a construção participativa da articulação da região que é princípio norteador das Agendas. Em cada evento estiveram presentes o poder público, diversos projetos privados e sociais e interessados que puderam tratar não só do detalhamento de cada tema, mas também pensar a forma de organização e articulação que são necessárias para construir um desenvolvimento integrado para a região. Por conta disso, os eventos foram mobilizadores e precursores dos debates que acontecerão durante o processo de implementação do Observatório Litoral Sustentável que tem como objetivo articular e fomentar o debate na região para a realização das ações das Agendas de Desenvolvimento Sustentável.

ARTICULAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS AGENDAS REGIONAL E MUNICIPAIS

Para a implementação das ações propostas nestas Agendas é fundamental a articulação das estruturas de gestão e do conjunto de agentes destes territórios, além de políticas públicas e financiamentos disponíveis nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Considerado o reconhecimento das particularidades de cada território e seus diferentes processos de urbanização, as Agendas têm como objetivo central o fortalecimento da gestão regional integrada, entendendo que o enfrentamento de muitas das questões abordadas e o alcance do desenvolvimento sustentável passam por essa articulação regional.

A construção do Observatório do Litoral Sustentável deverá se constituir num espaço privilegiado para esta articulação política que acompanhará as dinâmicas regionais e o monitoramento da implementação das ações das Agendas de Desenvolvimento Sustentável.

Os Diagnósticos Municipais e Regional, bem como as “*Agendas de Desenvolvimento Sustentável: contribuições para a Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo*” encontram-se disponíveis em nosso site www.litoralsustentavel.org.br.

TURISMO SUSTENTÁVEL: experiências, práticas e caminhos



FLAVIO JOTA DE PAULA

Os processos participativos que resultaram na construção dos diagnósticos e Agendas municipais e regional do Projeto Litoral Sustentável - Desenvolvimento com Inclusão Social – revelam o Turismo como forte potencial de desenvolvimento do Litoral Paulista. O tema foi fruto de diálogo de toda a equipe do projeto, tratando-se de um trabalho coletivo. Decerto, a atividade turística pode se constituir em uma das formas de impulso às economias local e regional, a partir da possibilidade real do aumento dos níveis de geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, a redução dos níveis de pobreza.

No entanto, a realidade apontada pelos Diagnósticos Socioambientais Participativos¹ realizados revela que os potenciais turísticos vêm sofrendo com a ausência de um planejamento regional integrado. De uma forma geral, o movimento turístico de sol e praia é muitas vezes sazonal e massivo, o que pode gerar as usuais deficiências de infraestrutura urbana e de serviços turísticos, contribuindo, em muitos casos, para o dano na qualidade ambiental e para a deterioração da imagem dos destinos.

A intensa valorização imobiliária do território litorâneo, fruto do modelo veranista, vem provocando processos de impactos ambiental e sociocultural destrutantes dos modos de vida e do patrimônio das populações mais pobres, que pressionadas pela forte especulação imobiliária, terminam expulsas de suas moradias, em condições precarizadas, muitas vezes em áreas irregulares, e passando a viver de subempregos associados à atividade turística ou em domicílios de uso ocasional. Além disso, este modelo tem permitido a concentração de renda nas mãos de poucos, fragilizando a identidade cultural dos povos tradicionais e a diminuindo a qualidade de vida dos munícipes.

¹ Todos os diagnósticos socioambientais participativos municipais e regional do projeto Litoral Sustentável estão publicados no site www.litoralsustentavel.org.br

Contudo, este cenário do litoral paulista é também composto pela existência de práticas locais que resistem ao modelo do Turismo massificado e que se esforçam em afirmar e fortalecer a diversidade e as identidades de culturas presentes na região.

Têm surgido, então, iniciativas que vêm consolidando modalidades alternativas ao Turismo de massa, como o Turismo de Base Comunitária que são pensadas para beneficiar esta diversidade local. Trata-se de um conjunto de práticas que necessitam de menor grau de investimento em infraestrutura e serviços, visando à valorização das características naturais e culturais. O Turismo de Base Comunitária arraigado em um processo de desenvolvimento local é uma modalidade de Turismo Sustentável cujo principal objetivo é a qualidade vida, a geração e a justa distribuição de benefícios para a comunidade que recebe seus visitantes.

Este modelo tem como uma de suas premissas o respeito às heranças culturais e tradições locais, na busca de seu fortalecimento. A relação estabelecida entre o visitante e o visitado não constitui consumo ou submissão, mas sim, um relacionamento interativo e dialógico de aprendizados mútuos.

O envolvimento e a participação da comunidade no cotidiano da gestão de iniciativas voltadas ao Turismo de Base Comunitária é

o desafio central deste modelo. Através de associações, como cooperativas, sindicatos, associações; médios, pequenos ou micro empreendimentos locais, o empoderamento e o protagonismo dos atores locais busca reforçar seus elos com o local de vivência, tendo por perspectiva a obtenção de novos conhecimentos e ações que respeitem as características de cada meio.

O litoral paulista também é caracterizado por vasta extensão de territórios ambientalmente protegidos, o que constitui um grande desafio ao tentarmos estabelecer a relação entre o desenvolvimento econômico local e a preservação do meio ambiente em áreas integradas por Unidades de Conservação. Neste âmbito, o desenvolvimento do Turismo com Bases Comunitárias deve incentivar e fortalecer atividades decorrentes das cadeias produtivas presentes nestes ecossistemas protegidos.

Há casos, em que parques tornaram-se fundamentais para a sobrevivência da atividade turística a partir de economias com bases conservacionistas. Pode-se incluir a agricultura, pautada nos modelos produtivos das agroflorestas, pesca, produção artesanal etc. O Ecoturismo, por exemplo, pode se associar a essas atividades, como um meio de fortalecimento do comércio local, na medida em que o turista se utiliza de serviços de guias ambien-

tais, compra produtos locais, como pescados, artesanatos e outros. Todos frutos da produção local.

É preciso, portanto, fortalecer as cadeias econômicas que agregam valor às áreas protegidas, distribuindo os benefícios gerados de forma equitativa entre as populações locais, e assim, favorecendo a permanência e circulação dos recursos nos próprios territórios.

Importante ressaltar, porém, que a ênfase dada aqui às práticas associadas às bases comunitárias, não visa a exclusão de outras modalidades em curso e mais consolidadas da atividade turística na região. O desafio proposto está na superação de sua hegemonia, abrindo espaço à afirmação das diversidades locais e ao fortalecimento dos empreendimentos comunitários da região.

A diversificação do Turismo e a valorização da identidade e práticas culturais comunitárias são questões enfatizadas nesta publicação que apresenta a síntese das discussões e resultados dos Encontros sobre Turismo Sustentável realizados em Novembro de 2013 no Litoral Norte e Baixada Santista.

O caderno descreve o que de mais relevante foi debatido nos Encontros de Turismo Sustentável do Litoral Norte e Baixada Santista. Entre os temas abordados estão o papel da cultura no desenvolvimento local,

o processo histórico da atividade turística na Região da Baixada Santista.

A publicação também apresenta a sistematização das propostas elaboradas e referendadas pelos participantes dos dois Encontros (Litoral Norte e Baixada Santista). A discussão contém uma variedade de diretrizes, ações e encaminhamentos que visam ampliar e diversificar o escopo da atividade turística nas duas regiões do Litoral.

Nossa expectativa é que esta publicação, fruto de uma discussão que parte da discussão coletiva entre representantes dos segmentos públicos e privados do Turismo do Litoral Paulista, possa oferecer subsídios e referências no reconhecimento do papel de protagonistas no processo de transformação de seus espaços e na prestação de serviços turísticos diversificados. Ao poder público atribui-se o papel essencial de gerar circunstâncias para que desejos da sociedade se concretizem, apoiando não apenas a concepção de iniciativas espalhadas pelo território, mas principalmente a sua execução e seu acompanhamento permanente.

TURISMO NAS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO

do projeto Litoral Sustentável



DIANA BASEI

O Projeto *Litoral Sustentável desenvolvimento com inclusão social* – realizou diagnósticos sobre a região do Litoral Paulista, incluindo 13 municípios – de Peruíbe à Ubatuba - onde atua desde 2011.

A partir destes dados, e por meio da participação social, o projeto elaborou Agendas de Desenvolvimento Sustentável. Nestas Agendas há propostas de ações locais e também regionais que visam soluções integradas para os principais desafios do desenvolvimento sustentável.

As Agendas de Desenvolvimento são organizadas por eixos estratégicos que de maneira transversal discutem diversos temas simultaneamente. O Turismo aparece principalmente no Eixo Estratégico “Desenvolvimento sustentável e incluyente” que tem como objetivo refletir sobre os padrões de desenvolvimento que construíram a realidade atual na região que inclui a Baixada Santista e o Litoral Norte, propondo um modelo de desenvolvimento sustentável, que dialogue com as demandas e necessidades da população local.

Nesta perspectiva o turismo aparece como central para “contribuir para o desenvolvi-

mento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais da região.” Portanto o desenvolvimento do turismo nas Agendas do Litoral Sustentável tem com foco o turismo de base comunitária, priorizando circuitos turísticos e produtos locais.

O turismo na baixa temporada também está contemplado nas ações que demandam melhorias na capacitação profissional e superior dos atores locais e no fortalecimento do destino turístico para além do lazer de praia e sol, integrando as atividades ambientais e culturais também com as Unidades de Conservação na região.

A atuação do poder público também é foco da Agenda, e com relação ao turismo há propostas de ação que envolva a construção e a participação da sociedade nas políticas públicas regionais voltadas ao fomento de planos de turismo integrados.

Estes são alguns dos desafios para emplacar o turismo no Litoral Norte e na Baixada Santista. Para colaborar com a implementação destas propostas está sendo criado o Observatório do Litoral Sustentável que reunirá o poder público, instituições da sociedade civil e cidadãos que lutam por um futuro melhor para a região.

Destacamos aqui a Diretriz e suas respectivas Ações Estratégicas da Agenda Regional que dialogam diretamente com as propostas discutidas no âmbito dos Encontros sobre Turismo Sustentável, detalhadas mais adiante por este caderno.

DIRETRIZ: Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais da região.

Ação Estratégica:

Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.

O QUE É?

A diversificação da economia é fundamental para ampliar as oportunidades de geração de renda da população local. Os arranjos produtivos apresentam um grande potencial de transformação das relações socioambientais das condições de produção e de diferenciação, enriquecimento e desconcentração das atividades pela incorporação do valor simbólico de povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, entendemos que a economia solidária, por meio da prática da autogestão, pode transformar o atual padrão das atividades produtivas. Além disto, a preservação e valorização dos patrimônios histórico, cultural material e imaterial, presente na história local e regional, nas tradições e nas expressões culturais, poderão construir uma nova fisionomia da região e contextualizar novas formas de gerar bens econômicos que valorizem o desenvolvimento local incluyente.

COMO IMPLEMENTAR?

A implementação dessa ação pode se realizar por meio da promoção e ampliação de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos da localidade (artesanatos, culinária regional, agricultura familiar, etc.); adequação do acesso às compras governamentais de produtos e serviços da economia solidária; certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental; desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária; e adequação das políticas de crédito às caracte-

terísticas dos empreendimentos econômicos solidários (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e apoio ao cooperativismo de crédito solidário), elaboração de planos municipais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

A ação estratégica requer também a articulação de agentes, campanhas e processos educativos que promovam a singularidade da região litorânea, resgatando valores, experiências, narrativas da vida comunitária e dos empreendimentos da região.

Aí se coloca um desafio que reúne não só as Secretarias Municipais de Assistência Social, de Desenvolvimento Econômico, de Agricultura e Pesca, de Educação, de Cultura e de Turismo, mas também as escolas, universidades, incubadoras, agências de fomento e assistência técnica, associações industriais, comerciais e de serviços, conselhos municipais e regionais e outros representantes da sociedade civil. Nesse sentido, a presente ação estratégica orienta-se a promover as condições para a organização produtiva (em termos de autogestão, cooperativismo, empreendedorismo e elaboração de projetos), educação financeira (quanto a exigências, documentações e uso de crédito) e mediação do acesso a recursos, por parte de comunidades de produtores e trabalhadores, contribuindo para a produtividade, agregação de valor e regularização das atividades.

O suporte financeiro das atividades pode ser articulado com diversas fontes de financiamento de Programas e Editais nos âmbitos Federal, Estadual e Municipais.

Ação Estratégica:

Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo com foco principal no turismo de base comunitária

O QUE É?

O turismo brasileiro enquanto setor econômico é reconhecido por gerar trabalho e renda, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais. Entretanto, no litoral paulista, assim como em outras partes do território brasileiro, nem sempre o turismo consegue incluir a população local nas suas atividades e muitas vezes não trata o território, e a diversidade ambiental e cultural de modo a valorizar sua riqueza como potencial turístico.

O turismo de base comunitária tem se mostrado como fonte alternativa de renda para os pequenos grupos de agricultores, pescadores, povos e comunidades tradicionais e extrativistas que, em geral, passaram a buscar novas alternativas de sobrevivência, para além da subsistência tradicional, configurando-se também como uma nova luta pela permanência em seus territórios e pela preservação de suas culturas. Com este tipo de turismo, é possível reconhecer os valores múltiplos do território, buscando integrar e valorizar o local, criando roteiros alternativos ao turismo de veraneio e também incluindo a população local tanto como prestadora de serviço, como organizadora do seu espaço e da sua cultura para receber o turismo.

COMO IMPLEMENTAR?

O turismo de base comunitária deve acontecer por vontade não só das comunidades locais, mas também do poder público e do próprio turista que busca roteiros diversificados que possibilitem um maior contato e integração com a cultura local. A abertura para o turismo passa então a ser promovida como um veículo de reforço à etnicidade e revitalização cultural.

O Plano Nacional do Turismo é uma ferramenta de planejamento e ação estratégica do Ministério do Turismo que pode auxiliar a estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional, estimulando a criação de um programa de regionalização do turismo.

Pode-se também promover a participação municipal e regional no Índice de Competitividade do Destino Turístico Brasil, para fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária

Evidencia-se também a necessidade de se fomentar capacitações, a exemplo dos receptivos turísticos que auxiliam comunidades e povos tradicionais a receberem o turista, bem como cursos para a qualificação do artesanato e outras práticas associadas à atividade do turismo com base comunitária.

O fomento às festas tradicionais e roteiros turísticos de base comunitária também são grandes frentes de trabalho que beneficiam as comunidades locais e a todo o ambiente.

Algumas fontes de financiamento podem ser acessadas para a realização desta ação estratégica, através do Programa de Regionalização do Turismo e a Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo) e o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

ENCONTRO “TURISMO SUSTENTÁVEL” propicia intercâmbio cultural e estimula parcerias



O Turismo de Base Comunitária – TBC - adotado como forma de empoderamento e emancipação de comunidades locais e regionais foi a principal pauta dos Encontros de “Turismo Sustentável: experiências, práticas e caminhos”, realizados pelo projeto Litoral Sustentável, em Ubatuba e em Itanhaém, nos dias 12 e 21 de novembro de 2013, respectivamente. O evento fez parte do calendário de atividades do projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social - e pretendeu dar visibilidade para as formas de se relacionar com o ambiente e as produções culturais da região do Litoral Paulista, para além do turismo como fonte de lazer e entretenimento. Trazendo à tona discussões sobre o papel do turismo na região como provedor de conhecimento e sua importância para as identidades históricas e tradicionais locais.

Com a presença de caiçaras, indígenas, quilombolas, gestores públicos, empresários e representantes de organizações não governamentais, os encontros demonstraram que outro tipo de turismo é possível. As discussões giraram em torno da agregação de valor social e cultural aos programas turísticos atuais e como fomentar o turismo de base comunitária através da formação de redes associativas, de modo que as comunidades indígenas, quilombolas ou caiçaras, protagonizem a oferta de produtos turísticos.

A abertura dos Encontros apresentou falas de convidados especialistas que pudessem inspirar os participantes e contribuir com as reflexões e propostas sobre práticas de Turismo Sustentável, apresentadas por este caderno a seguir. Além disso, os Encontros buscaram dar visibilidade e propiciar trocas, através de “Feiras de Experiências” que reuniram algumas das iniciativas espalhadas pelo Litoral Paulista com perfis e práticas que buscam superar o modelo veranista de turismo.

O objetivo foi levantar demandas, desafios e possibilidades para alavancar ainda mais este segmento econômico e cultural na região.

Os Encontros enfatizaram a necessidades da diversificação da economia, através da oferta de serviços e produtos da localidade associados ao Turismo Sustentável (artesanatos, culinária regional, produção agroflorestal, agricultura familiar, etc), na perspectiva de ampliar horizontes para além do turismo de sol e praia, trazendo para o centro da discussão a cultura, a história e as riquezas naturais existentes no litoral paulista, com o objetivo de concretizar a inclusão social com geração de renda para as comunidades que vivem na região.

LITORAL NORTE

Em Ubatuba, no dia 12 de novembro de 2013, foi realizado o encontro visando a integração das experiências de turismo sustentável em toda a região do Litoral Norte, abrangendo os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

A organização do Encontro contou com a parceria da prefeitura de Ubatuba pela Secretaria de Turismo e pela Fundação de Arte e Cultura – FUNDAC, além de outros colaboradores descritos mais abaixo.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL NORTE

Em Ubatuba, por exemplo, há várias comunidades caiçaras litorâneas e rurais, quatro comunidades quilombolas e duas aldeias indígenas. Segundo Nei Bernardes, representante da secretaria de Turismo de Ubatuba, algumas delas estão bem estruturadas e outras ainda dando os primeiros passos para o desenvolvimento do turismo. “Todas, porém, têm forte potencial para a atividade turística”, frisa.

Um modelo bem sucedido de turismo de base comunitária no Estado de São Paulo é o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira, que há cerca de cinco anos organiza, em parceria com a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (Amamel), visitas de escolas e demais interessados a sete quilombos – André Lopes; Ivaporunduva, Mandira; Pedro Cubas; Pedro Cubas de Cima; São Pedro; e Sapatu. Em Ivaporunduva, por exemplo, há restaurante e pousada com capacidade para até 60 pessoas. Os serviços hospitalares são efetuados por moradores do próprio quilombo, previamente capacitados.

Representantes do Projeto Circuito Quilombola estiveram presentes no Encontro e puderam explicitar a experiência bem sucedida nas comunidades quilombolas do

Vale do Ribeira. Para envolver as comunidades na iniciativa, conta Benedito da Silva, o ‘seu Ditão’, foi necessário transformar o pensamento individual em coletivo. “Do é meu, para o é nosso.” Ele admite que não foi fácil, mas trouxe resultados. Hoje, segundo ele, todo dinheiro proveniente do turismo – que, ao lado do que vem da roça, forma o orçamento das famílias – é investido no próprio território e na eventual aquisição de alimentos diferenciados daqueles que são plantados no quilombo.

No Litoral Norte, há também experiências interessantes de turismo de base comunitária, tendo os quilombos como atrativo. Na alta temporada, predominam os turistas estrangeiros e, na baixa estação, as escolas.

Dona Laura de Jesus Braga, do Quilombo da Fazenda Picinguaba, relata que as 62 famílias do local montaram dois grupos, um de dança e outro de canto, visando mostrar a sua tradição para os inúmeros/ grande número de estudantes que os visitam anualmente, bem como para os turistas estrangeiros que aparecem na alta temporada.

Já o Quilombo Cambury recebe, em média, 70 escolas por ano, segundo a professora Andrea Arantes, que leciona na escola comunitária Jambeiro, dentro do quilombo. “Temos que tentar despertar para

aquilo que não é possível enxergar e fortalecer a cultura local advinda das rodas de conversa e das casas de farinha.”

A segurança alimentar é outro aspecto para o qual o turismo de base comunitária contribui. “Ele é uma forma de valorizar as festas e as comidas tradicionais”, ressalta Cleide Azevedo, da Fundação Itesp, que vem promovendo cursos de culinária caiçara e panificação nos quilombos e também uma das Instituições que colaboraram na mobilização para o Encontro junto às comunidades quilombolas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

“Estamos construindo um Plano Municipal de Turismo”, declara Gerson Peres Campos, Secretário de Turismo de Ubatuba. Para ele, é imperativo trabalhar o turismo na baixa temporada e aproveitando melhor a exuberante natureza local proporciona, tendo como prioridades aos povos e as comunidades tradicionais, as modalidades esportivas (surf e outros esportes náuticos) e o ecoturismo (trilhas, cachoeiras, observação de aves).

A falta de divulgação massiva desses pontos turísticos, porém, dificulta a sua consolidação, para Edson Lobato, o Fredê, do Comitê de Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte – Comdial – entretanto já existe uma sintonia maior atualmente entre as autoridades, no sentido de estimular o turismo de base comunitária na região.

MOBILIZAÇÃO

O Comitê de Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte – COMDIAL – colaborou na mobilização para

o encontro, auxiliando na metodologia e preparação do encontro. Um dos representantes do COMDIAL, Patrícia Ortiz, também apresentou o trabalho desenvolvido pela Associação Cunhambebe - Diagnóstico Parcial: plano de negócios em Turismo Sustentável desenvolvido em sete comunidades do norte de Ubatuba.

O Evento também contou com a parceria da FUNAI na mobilização dos indígenas para a participação no encontro e também como expositores de seus artesanatos.

A Maitaca Ecoturismo foi um importante parceiro na mobilização dos povos e comunidades tradicionais de Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. Além de colaborar na socialização dos contatos importantes que atuam com o tema na região, possibilitando a participação de diversas associações, comunidades, movimentos e setores do poder público no encontro.

PARTICIPAÇÃO

Para apresentarem suas experiências e debaterem sobre as questões pertinentes ao desenvolvimento sustentável e ao turismo regional também estiveram presentes no encontro: Aldeias Indígenas Boa Vista e Renascer de Ubatuba, os Quilombos Cambury, Itamambuca, Caçandoca e Fazenda Picinguaba, de Ubatuba; Representantes do Núcleo Picinguaba e Gestor do Núcleo – Fundação Florestal; Projeto Tecendo Aguas: Instituto Supereco; Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio – APTA – Núcleo Ubatuba; o Projeto Circuito Quilombola do Vale do Ribeira; representantes do comércio local; sociedade civil e interessados em geral.

BAIXADA SANTISTA

Visando integrar as experiências da Baixada Santista, o Encontro de Turismo Sustentável aconteceu em Itanhaém. Com o objetivo de fortalecer as comunidades locais e o turismo sustentável na região, o encontro, realizado em parceria com a ONG Ecosurfi, também foi um momento para apresentar o estudo realizado pela mesma sobre o levantamento de Potenciais Turísticos da Zona Rural de Itanhém.

Para o professor Davis Gruber Sansolo, da UNESP (Campus São Vicente), um dos palestrantes do encontro, o turismo de base comunitária será potencializado quando as pessoas deixarem de tratar os municípios do litoral como 'destino', e os tratem como 'comunidades'. "Do ponto de vista das relações que se estabelecem entre as pessoas e o território visitado, fica evidente que o turismo não é apenas uma atividade econômica", afirma.

Gruber, que há 20 anos pesquisa turismo e comunidades, aponta as principais potencialidades turísticas da Baixada Santista: a Prainha Branca no Guarujá; os bairros 'Cota', localizados no Parque Estadual da Serra do Mar; as colônias de pescadores; e o município de Itanhaém e entorno com suas zonas rurais.

"O melhor atrativo nem sempre é o mais viável", pondera Thales Schmidt Calaça, da Fundação Florestal, responsável pelo estudo em Itanhaém, ele admite que acessos difíceis e a falta de infraestrutura de alimentação nas trilhas, cachoeiras e vilarejos espalhados pelo Parque, entre outros potenciais pontos turísticos, acaba desmotivando os viajantes.

Um turismo que vem acontecendo informalmente, não só na Baixada Santista, mas também no Litoral Norte, é o turismo em Terras Indígenas; escolas e turistas visitam estes locais em busca de um maior entendimento sobre a cultura indígena e uma integração e

respeito. Entretanto, este turismo ainda não é legal do ponto de vista do Estado. A FUNAI está trabalhando para criar uma Instrução Normativa, exigida também pelo Ministério do Turismo, visando qualificar e ordenar o turismo em Terras Indígenas, reconhecendo a especificidade e interesse de cada aldeia. Por enquanto são permitidas apenas atividades educacionais. Algumas comunidades não querem receber turistas. "O maior desafio para as comunidades é o seu empoderamento. Elas é que têm que decidir sobre o seu desenvolvimento", ressalta Milena Pilla – representante da FUNAI Regional em Itanhaém.

"No turismo convencional, há um processo de mercantilização da cultura e da natureza. Já o turismo comunitário não espetaculariza o seu lugar, mas compartilha espaços do seu cotidiano: espaço do patrimônio natural: beirários; espaço do esporte e da festa; espaço do trabalho: colheita, pesca etc.; espaço domiciliar: hospedagem em casa de família, acolhida da comunidade; espaço da cultura: teatro", explica Gruber.

No que se refere à infraestrutura ao turista, a coordenadora do curso de turismo da PUC-SP, Mônica Viana, aponta que também a rede hoteleira na Baixada Santista é fraca, com poucas opções de hospedagem, principalmente em Santos e Guarujá. "O desafio para a região é se diversificar, melhorando as condições urbanas e turísticas".



ARQUIVO | PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

Foi pensando nisso que uma família da comunidade caiçara do Guaraú, em Peruíbe, montou o Restaurante "Mão de Pilão" que serve exclusivamente pratos da cozinha caiçara, como o cuscuz, nhoque de banana verde, caldinho de peixe, inhame e batata doce assados, mandioca cozida e doce de banana, entre outros. "É uma experiência familiar, típica do turismo de base comunitária", declara Adriana Souza Lima, moradora do Guaraú.

Outro bom exemplo de diversificação é o Programa de Educação Ambiental e Desenvolvimento Local na Ilha Diana, próxima a Santos. Com acesso apenas de barco, a vila caiçara reúne 160 moradores, que vivem da pesca e praticam a economia solidária. Sem pousadas, tem como atrativo a opção de ser um passeio de dia inteiro, onde os visitantes têm a chance de conhecer o modo de vida local.

Enquanto isso, a expectativa da Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe – AMAP a é a transformação da reserva ecológica local em Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, pois, com a mudança de categoria, passará a ser permitido o turismo no parque

e, assim, aumentará a demanda por monitores especializados.

Pensando no futuro, o grupo, inclusive, montou uma agência de turismo focada em escolas, para driblar a forma de atuação das agências estabelecidas, que cobravam da associação para o monitor atuar com os turistas.

"O desenvolvimento turístico não pode ser visto apenas na dimensão econômica, mas também social, ambiental, cultural e, preferencialmente, de forma participativa", reitera a professora Mônica.

PARTICIPAÇÃO

Para apresentar suas experiências e debaterem sobre as questões pertinentes ao desenvolvimento sustentável e ao turismo regional estiveram presentes no encontro as seguintes organizações: Ecosurfi Brasil, Rede Cananéia; Representante da Comunidade Caiçara de Ilha Diana – Santos, Museu do Folclore; FUNAI; Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe – AMAP, Restaurante Culinária Caiçara Mãos de Pilão.



ARQUIVO | PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

Não há desenvolvimento sustentável sem diversidade cultural

Hamilton Faria

Sociólogo - Coordenador de Cultura do Instituto Pólis

A construção da diversidade é hoje, sem dúvida, um desafio de força civilizatória, com ainda maior relevância em regiões nas quais o desenvolvimento impactou negativamente, destruindo modos de vida tradicionais e sustentáveis. Pode-se afirmar que não há desenvolvimento sustentável sem diversidade cultural. A resposta a estes desafios partem certamente de políticas públicas mais abrangentes, mas, sem dúvida que a base deverá ser o desenvolvimento cultural da localidade, especialmente das comunidades que ainda resistem com seus saberes e práticas ainda vivas.

Um turismo de massa, puxado pelo veranismo desestruturou modos de vida, expulsou populações da praia para as encostas de morros, para o asfalto, para as áreas protegidas, e desvalorizou narrativas dos povos originários.

A cultura, conforme assinalam resoluções de encontros internacionais, pode ser considerada como o quarto pilar da sustentabilidade. Cultura não apenas como valores estabelecidos pela educação e pela arte ou pelos valores das elites. Todos podem criar cultura – os cantores guaranis, os contadores de histórias dos quilombos, a congada de Ilhabela, as festas caiçaras da Ilha Vitória, ou os artistas locais. A cultura gera qualidade de vida - o que diferencia um território do outro - e está presente nos saberes e fazeres das comunidades. Portanto, a cultura dá sentido à identidade local.

No Litoral Norte e na Baixada Santista existem várias expressões e manifestações culturais: comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, migrantes nordestinos, expressões da cultura negra, jovens do hip hop, pontos de cultura, festas tradicionais e modernas, festa gospel de São Sebastião, festas caiçaras de São Benedito, São Pedro Pescador, do Divino Espírito Santo, Folias de Reis, Congada, festas da tainha, camarão etc; carnaval, artesanato, além de expressões artísticas de música, dança, literatura, teatro. A culinária local compõe este quadro da diversidade das culturas; e um vasto patrimônio imaterial dos povos e comunidades tradicionais e dos saberes da ancestralidade.

Este conjunto de expressões ainda não goza de plena cidadania local e conta com pouca articulação regional, mas tem vitalidade suficiente para transformar a paisagem social do litoral, formando redes de arte e cultura, territórios culturais, turismo sustentável e economia criativa.

“Desenvolvimento sustentável implica em novos paradigmas da economia e sociedade, que reconfigurem a identidade do território”

Assim, em relação à diversidade cultural da região, podemos nomear alguns desafios que, se enfrentados, poderão impulsionar o desenvolvimento sustentável e turístico da região e da localidade.

1) Fortalecer os povos e as comunidades tradicionais da região:

Os povos e as comunidades tradicionais são territórios vitais para a preservação e desenvolvimento cultural sustentável da região; a sua presença torna o desenvolvimento mais equilibrado e mais plural, já que não é mais possível salvar as populações que foram eliminadas da sua condição de existir com o estilo de crescimento adotado nos últimos anos. Apoiar estas comunidades significa: apoiar a homologação das terras indígenas, fortalecer as suas associações e construir políticas públicas com as aldeias, que fortaleçam os seus modos de existência. Apoiar a regularização fundiária dos quilombolas de Ubatuba, fortalecer associações e implementar políticas públicas em diálogo com as comunidades.

Os caiçaras estão diluídos por todo o território: parte detrás da Ilhabela (Ilha Vitória, Ilha de Búzios, Bonete, Castelhanos), Ilha Montão de Trigo (São Sebastião), Sertão Ubatumirim, Praia da Almada, e dezenas de pequenos lugares dispersos pela região. Aqui caberá um inventário identificando estas comunidades, seus modos de vida e seus patrimônios materiais e imateriais.

2) Inventários de sítios arqueológicos e patrimônio imaterial

A maioria dos municípios tem patrimônio histórico e arquitetônico tombado, mas nem sempre conservado ou inventariado. No entanto, o patrimônio imaterial ainda carece de um inventário de profundidade, já iniciado pelo município de Ilhabela.

3) Descentralização dos espaços, equipamentos culturais e ações culturais

Os processos de desenvolvimento cultural local não acompanharam o desenvolvimento das cidades. Assim, os equipamentos concentraram-se nos centros urbanos, com pouca capilaridade nos bairros, processo já identificado pelas gestões municipais de cultura. No entanto, estimular a descentralização dos equipamentos e da própria gestão poderá fortalecer o desenvolvimento das comunidades locais e a expressão da sua diversidade.

4) Implementação e consolidação do Sistema Local de Cultura

Esta iniciativa já em curso, com adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), ainda carece de implementação pelas gestões culturais: a organização de Conselhos, Planos e Fundos (CPF da Cultura). O município de Ilhabela já construiu estas instâncias do Sistema com a participação de vários segmentos locais da cultura. A construção dos Sistemas Locais de Cultura poderá fortalecer a cidadania cultural e a diversidade local e defender o patrimônio cultural da região ameaçado pelo processo de desenvolvimento.

Todo este processo de fortalecimento da cultura poderá contribuir para conferir um novo sentido ao turismo local, reconfigurando-o a partir da diversificação das atividades, novos arranjos produtivos locais, etc mas especialmente pelo fortalecimento da identidade local e da diversidade cultural regional.

Não há dúvida de que o desenvolvimento sustentável implica em novos paradigmas da economia e sociedade, que reconfigurem a identidade do território. Assim, é o momento de revalorizar a cultura regional e local com base no turismo que envolve a comunidade, seus fazeres e valores - patrimônios históricos e culturais, cultura alimentar, artesanato, trilhas e visitação a parques e outros patrimônios naturais, sítios arqueológicos, saberes ancestrais. Os turistas poderão levar do litoral alguns dos valores de vida locais e não apenas o imaginário de sol e praia. Por outro lado, conforme experiências avançadas no país e na América Latina, o TBC poderá gerar renda para os municípios e as comunidades locais e valores para o desenvolvimento sustentável.

Para isso, deve-se considerar as iniciativas da economia criativa com fortalecimento dos circuitos produtivos culturais locais, envolvendo articulações de caráter regional que possam impulsionar outra visão sustentável de localidade



DIANA BASEI

TURISMO SUSTENTÁVEL na Baixada Santista

Mônica Antonia Viana
Arquiteta e Urbanista pela PUC;
Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP e Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP.
Professora e Coordenadora do curso de Turismo da PUC-SP.
Professora e Consultora na área de Planejamento Urbano-Regional e Gestão Ambiental.

TURISMO BALNEÁRIO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo na região vem de longas datas, constituindo-se inicialmente em uma prática exclusiva das elites, que só vai se consolidar na Baixada Santista ao longo do século XX, em especial, a partir dos anos 50, quando emerge o turismo de massa, um fenômeno mundial.

Seu desenvolvimento esteve atrelado à construção da ferrovia São Paulo Railway no período do ciclo do café e depois com construção das rodovias, que possibilitaram a chegada dos primeiros veículos à região pela estrada Caminho do Mar em 1922. O advento do automóvel trouxe grandes transformações urbanas, nos costumes e nos padrões de consumo, constituindo-se em símbolo do "progresso e da modernidade". Neste período, a atividade do turismo na região era voltada às camadas mais abastadas, em particular aos barões do café, com a construção de mansões, chalés e hotéis de luxo na orla marítima².

A praia só passou a fazer parte da cidade a partir das várias intervenções urbanas, em especial com a expansão das linhas de bonde e da construção dos canais de drenagem em Santos. Descobriu-se então, a praia como espaço de lazer. Assim, iniciaram-se as atividades

² O Hotel La Plage construído em 1892 na Ilha de Santo Amaro (Guarujá) na praia de Pitangueiras, na denominada "Vila Balneária", foi um dos primeiros. Mais tarde o Hotel Internacional, o Palace Hotel, Parque Balneário Hotel em Santos e o Hotel Atlântico, no início do século XX, dando início à construção dos hotéis cassinos.

relacionadas ao turismo balneário e com isso, houve uma valorização das terras na orla marítima que passaram a ser disputadas pelo mercado imobiliário. Após a 2ª Guerra Mundial, os grandes investimentos voltaram com a retomada do desenvolvimento econômico do país, fortalecendo as funções portuária, industrial e turística na região. A inauguração da rodovia Anchieta em 1947 foi fator determinante neste processo, com a mudança da matriz de circulação no país e do perfil do turista, passando a atrair um volume expressivo de turistas. Assim, o turismo balneário intensificou-se na região na esteira dos investimentos em infraestrutura de transporte, muito em função do Porto de Santos e do Polo Industrial de Cubatão. O turismo se utilizou do mesmo sistema de circulação para atender a crescente demanda turística. O novo acesso da via Anchieta e o crescimento da frota automobilística no país facilitaram a ligação do litoral com a capital e o interior de São Paulo. A região passou a atrair grande contingente de pessoas, agora de média renda, da Grande São Paulo e interior à procura do binômio sol e praia. Isso gerou o incremento do turismo balneário e do mercado imobiliário, com a expansão de novos loteamentos e da indústria da construção civil, e consequentemente da especulação imobiliária. Poucos hotéis sobreviveram à voracidade do mercado imobiliário especulativo que passou a inibir o setor hoteleiro, com a construção de

edifícios de apartamentos, voltado ao turismo de segunda residência.

A atividade turística expandiu-se pela região da Baixada Santista, agora para o litoral sul, onde havia abundância de terras livres na orla para expansão da ocupação. As colônias de férias ligadas a sindicatos e entidades de categorias profissionais também começaram a se estabelecer na região a partir da construção da Anchieta, em particular na Praia Grande.

A intensificação do turismo balneário na região ocasionou um grande “boom” imobiliário voltado ao turismo e lazer, decorrente do crescente aumento da concentração de renda da população, da intensificação da urbanização e do grande crescimento demográfico. Iniciou-se um acelerado processo de modificação da paisagem urbana com a verticalização da orla marítima, que passou a ter um alto adensamento construtivo e populacional. Os municípios centrais da região, Santos e São Vicente, foram os primeiros a sofrer o impacto do turismo de segunda residência a partir da década de 1950, depois no Guarujá e após a década de 1970 os municípios de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Novos investimentos no transporte rodoviário, além das duas pistas da Anchieta, possibilitaram a melhor ligação com o litoral sul, como as rodovias Pedro Taques (1961), Padre Manoel da Nóbrega (1970) e a Ponte do Mar Pequeno (1979), que facilitaram esse processo de expansão regional. Em Bertioga, município emancipado de Santos em 1991, esse fenômeno ocorreu posteriormente, com os condomínios e loteamentos fechados de veraneio, tendo como modelo a Riviera de São Lourenço.

A Baixada Santista se estruturou como região a partir deste período e consolidou-se como importante polo turístico e de lazer do

Estado de São Paulo, o que trouxe grande contingente de população flutuante nos períodos de temporada, impactando a infraestrutura urbana dos municípios. Destaca-se que na região o investimento em saneamento básico sempre foi menor do que outras partes do estado; em compensação, o investimento na parte de acessibilidade sempre foi significativo, por reivindicação do porto e da indústria. O turismo balneário de massa passa a ser um elemento indutor do desenvolvimento regional, transformando a paisagem urbana. Todavia, a industrialização de Cubatão, os investimentos no porto e a expansão do mercado imobiliário voltado à segunda residência para veraneio, atraíram grande contingente de trabalhadores com baixa qualificação. Estes, não tendo renda para acesso a moradia na cidade oficial, ocuparam áreas ambientalmente frágeis, proliferando assentamentos precários, como favelas, loteamentos irregulares e os cortiços em Santos. Amplia-se assim, as desigualdades na região, consolidando um processo de segregação espacial da população de menor renda.

Novo impulso ao turismo veio com a inauguração da 1ª pista da Imigrantes em 1976, a rodovia Rio-Santos (BR 101) em 1983 e depois a rodovia Mogi-Bertioga, que em conjunto com a rodovia Anchieta, garantiram melhor acessibilidade entre o planalto e o litoral. Intensificou-se, assim, o processo de especulação imobiliária com a abertura de novos loteamentos e empreendimentos para atender à demanda de veraneio, com grande crescimento urbano e populacional, com incremento da construção civil para segunda residência.

Esse processo especulativo trouxe consequências graves ao meio ambiente e à população residente, pois as cidades não estavam

preparadas para receber este grande fluxo de veranistas e turistas, e a decorrente sobrecarga na infraestrutura urbana. A intensificação do processo de urbanização, com a valorização dos espaços centrais, em especial em Santos, provocou um transbordamento populacional que levou à metropolização da região. A população de menor renda foi expulsa para os municípios mais periféricos da região, bem como a população Caiçara, passando a morar em áreas impróprias à ocupação urbana. Portanto, o fenômeno da expansão da construção civil para imóveis de temporada, provocou e, ainda provoca, alterações significativas na estrutura urbana e regional da Baixada Santista, ampliando o processo de segregação socioespacial.

Instaurou-se uma crise na questão turística quando houve o colapso de infraestrutura em função do grande fluxo de turistas que vieram para os municípios da região, principalmente na questão do saneamento básico. O Governo do Estado tentou implantar uma política pública de terminais turísticos, construindo nos municípios do litoral norte e sul terminais balneários para acesso dos ônibus de turismo dos chamados “turistas de um dia”. Porém, essa estratégia não teve sucesso por gerar uma segregação desses turistas em pontos específicos da orla marítima de alguns municípios.

Esse quadro se agravou a partir da década de 1980 com a crise macroeconômica, quando o modelo de desenvolvimento turístico de segunda residência passou a ser questionado pelas próprias administrações municipais. O turismo balneário sofreu forte impacto pelo aumento do desemprego e a queda na renda dos trabalhadores da Grande São Paulo, que se constituem na demanda turística da região. As precárias condições de balneabilidade das praias também

contribuíram para esse quadro com aumento da poluição industrial e por esgotos. O fluxo do “turismo de um dia” cada vez mais passou a ser considerado um grande problema, por não gerar dividendos à economia regional. Em vez de uma ação conjunta para tratar da questão dos excursionistas, cada município criou dificuldades para inibi-lo, através da cobrança de taxas, limitação do número de ônibus, exigência de hospedagem em pensões, proibição de estacionamento dos ônibus e vans na orla etc.

Para enfrentar a crise e a sazonalidade do turismo, os municípios passaram a investir no turismo de eventos e negócios, com a construção de equipamentos como centros de convenções e exposições e a concessão de incentivos fiscais à rede hoteleira. Porém, percebe-se a falta de articulação regional, com a concorrência entre os municípios, na duplicidade de equipamentos e a sobreposição de eventos ligados ao turismo.

Pode-se concluir que o processo de desenvolvimento do turismo na região consolidou um modelo pautado na segunda residência e na sazonalidade, o que causou, e ainda causa, grandes impactos ambientais e socioeconômicos na região. Afinal, o turismo é a principal atividade econômica da maioria dos municípios da Baixada Santista, considerando que oito deles são classificados como estância balneária.

“É preciso adotar instrumentos de planejamento e gestão regional, que possam direcionar as tendências de ocupação do turismo, em especial o balneário”

A DIVERSIFICAÇÃO DO TURISMO: perspectivas e desafios



CLAUDIA BUENO | CREATIVE COMMONS

É preciso trabalhar melhor a vocação turística na região metropolitana da Baixada Santista que teve seu desenvolvimento voltado ao turismo balneário sazonal e de 2ª residência. A localização litorânea lhe confere um diferencial por apresentar características naturais e de ocupação que lhes são próprias, englobando um monopólio espacial de certas atividades. Conforme afirma Moraes (1999, p.26) “beira mar, um lugar incomum, uma localização rara e estratégica”.

O turismo balneário movimentou o mercado de empreendimentos imobiliários, mas não consolidou uma infraestrutura turística de qualidade capaz de propiciar o desenvolvimento regional, contribuindo de forma pouco expressiva para a geração de renda e melhora das condições de vida nos municípios da região. Além disso, gerou grande impacto socioambiental no território regional, através do crescimento urbano desordenado e da valorização dos terrenos próximos a faixa litorânea,

ampliando a segregação socioespacial. Afinal, “desenvolvimento turístico não é sinônimo de desenvolvimento, pois nenhuma atividade econômica setorial pode assegurar um desenvolvimento global, que contemple todas as dimensões da vida social.” (Cruz, 2000; p.25)

Todavia, apesar dos vários esforços públicos e privados, percebe-se que essa questão esbarra na precariedade da infraestrutura urbana, em especial de saneamento básico que afeta diretamente a balneabilidade das praias, impactando negativamente na atividade do turismo balneário de maior expressão na região. A RMBS apresenta potencial para a diversificação da atividade turística, através de outros segmentos do turismo além do turismo balneário, como o turismo náutico, em especial aproveitando o grande fluxo de turistas dos Cruzeiros marítimos; o turismo ecológico, histórico-cultural, de negócios e eventos, de esporte e aventura, além do turismo rural, tendo em vista a bananicultura no litoral Sul e bubalinocultura na área continental de Santos. Além disso, deve-se incentivar o turismo comunitário para o fortalecimento dos povos e das comunidades tradicionais, com a valorização e preservação da cultura Caiçara.

Para tanto, é preciso adotar instrumentos de planejamento e gestão regional, que possam direcionar as tendências de ocupação do turismo, em especial o balneário. No contexto dos movimentos e fluxos regionais no território da Baixada Santista deve-se “desenvolver um planejamento para criar ações conjuntas, inclusive com pacotes de viagens, com roteiros entre as cidades da RMBS.” (João Carlos Forssell/

PMI, entrevista realizada em 10/06/2009).

Buscar assim, alternativas de políticas públicas e formas de intervenção no território com base no conhecimento das especificidades das zonas costeiras e portuárias, bem como dos impactos econômico, social e ambiental das atividades turísticas.

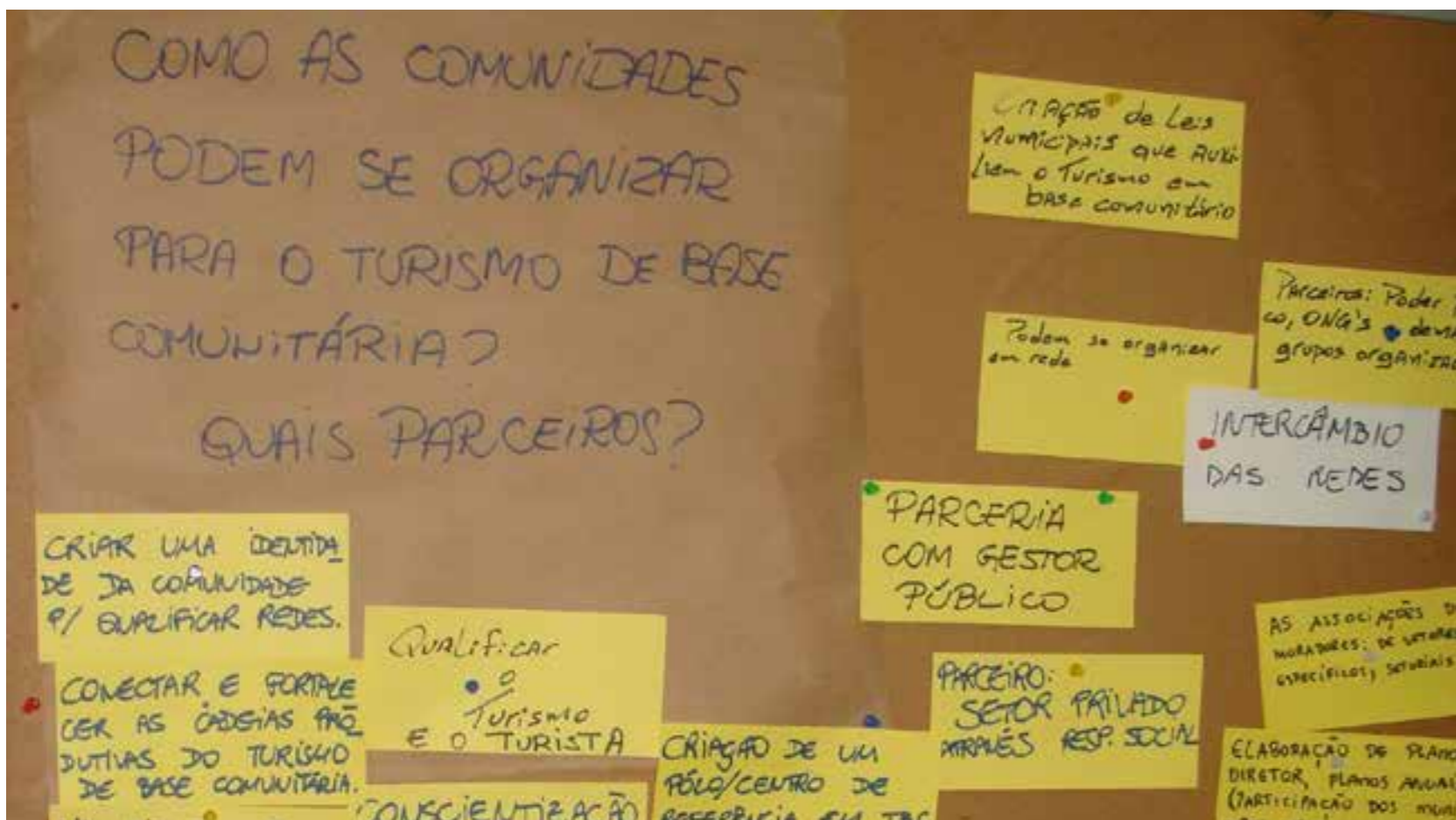
Portanto, a diversificação do turismo na Baixada Santista é uma proposta bastante pertinente diante das características e potencialidades da região. Todavia, é preciso enfrentar a voracidade do mercado imobiliário capitalista que consolidou esse modelo perverso de turismo de veraneio de 2ª residência que pouco contribuiu para o desenvolvimento da região. Tal desafio passa pelo fortalecimento da governança regional e maiores investimentos em infraestrutura urbana e turística, com a ampliação da rede hoteleira e do saneamento básico, através de um planejamento regional com visão de totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Rita de Cássia. Turismo, território e o Mito do Desenvolvimento. In: Espaço e Geografia – Espaço, Turismo e Desenvolvimento, volume 3, pág. 19/26, Brasília, UNB, jan.-jul./2000.

MORAES, Antonio Carlos R. Contribuições para Gestão da Zona Costeira Brasil: Elementos para uma geografia do Litoral Brasileiro. São Paulo: Hucitec/Edusp, SP, 1999.

VIANA, Mônica A. Navegando pelas ondas do desenvolvimento: Baixada Santista em busca de um porto seguro. Desenvolvimento, Metropolização e os (des) compassos da gestão urbano-regional em múltiplos olhares sociais. Tese de doutorado, PUC SP, 2010.



ARQUIVO | PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

Os Encontros tiveram caráter participativo e privilegiaram as falas, anseios e expectativas de cada um dos presentes. Com poucas explanações, os momentos de diálogos foram valorizados, sendo centrais na problematização dos conteúdos e trocas de experiências.

Uma das dinâmicas utilizadas para favorecer a participação de todos foi o “Café para Viagem” - World Café. Esta dinâmica parte de um conceito de trabalho que prioriza o diálogo e a possibilidade de os participantes conversarem sobre diversos temas. A dinâmica do Café para viagem possibilita rodadas de debates nas quais os participantes se revezam entre as perguntas orientadoras. O objetivo é que todas as pessoas possam participar das discussões de cada uma das perguntas.

Os encontros realizados no Litoral Norte e na Baixada Santista utilizaram a mesma metodologia, entretanto, com programações diferentes. Em ambos os encontros os objetivos foram cumpridos de maneira igual.

As proposições e debates aparecem de maneiras diferentes e por vezes até contraditórias entre as duas regiões. Isto reflete o momento de amadurecimento de cada região sobre o tema de turismo.

Contudo, muitos foram os pontos de convergência nos debates. Principalmente com relação aos desafios de melhorar a participação cidadã nos projetos de desenvolvimento do turismo e também que é necessário fazer uma maior integração das comunidades locais para trazer mais investimentos para as comunidades. A cultura aparece sempre como eixo central da articulação do turismo na região.

As reflexões sobre cultura, desenvolvimento e turismo, que inspirou os convidados, provocou nas comunidades interessadas e outros participantes, como agentes e promotores de turismo, a discussão registrada a seguir.

Perguntas orientadoras e resultados das dinâmicas em cada região:

Qual é o papel da cultura no desenvolvimento turístico?

LITORAL NORTE

- Fortalecer a autoestima da comunidade, agregando valor ao turismo local
- Cultura base do turismo cultural e do cotidiano das pessoas
- Fortalecer as identidades memórias das comunidades
- Não existe Turismo cultural sem identidade cultural
- Valorizar a relação com a natureza
- Transmitir conhecimentos entre gerações
- Gerar ações educativas para despertar outras formas de turismo
- Abrir horizontes de pertencimento e organização de comunidades
- A cultura é o que mantém as comunidades vivas e atrativas para o turismo
- A cultura pode contribuir para gerar produtos turísticos
- Propagar roteiros turísticos alternativos
- Identidade caíçara como marca da cultura regional do Litoral Norte

BAIXADA SANTISTA

- Contribui na melhoria do turismo nos aspectos culturais, sociais e ambientais.
- Minimizar efeitos da sazonalidade
- Revelar os outros potenciais e atrativos, diferente dos aspectos “turismo de praia”
- Cooperar para a definição da identidade local, contribuindo na oferta turística
- Empoderar comunidades fortalecendo suas organizações
- Articular e organizar os grupos culturais
- Diversificar as atividades turísticas
- Aspecto fundamental tanto para os turistas, como para a comunidade receptora

Quais os roteiros turísticos e culturais imperdíveis?

LITORAL NORTE

- Incentivo à criação de roteiros fora do “imperdível”, do padrão convencional.
- Circuitos de Contação de Histórias e tradição oral
- Circuitos quilombolas, Aldeias Indígenas, Comunidades e Vilas Caiçaras, Sítios Arqueológicos etc. Melhor caixa alta mesmo
- Circuitos que valorizem patrimônios materiais e imateriais, como: instrumentos musicais, artesanato, culinária, dança etc.
- Comunidades dos Quilombos Camburi, do Cambucá e da Fazenda Picinguaba, Sertão de Quina (Ubatuba-SP)
- Casa da farinha do Sertão do Ubatumirim (Ubatuba- SP)
- Praia do Puruba (Ubatuba-SP)
- Casa da Associação do Artesão de Ubatuba
- Circuitos de Festas Culturais e Tradicionais do Litoral Norte
- Cachoeiras e Trilhas do Litoral Norte
- Congada de Ilhabela-SP
- Vilas Caiçaras das Praias de Castelhanos e Bonete (Ilhabela-SP)

BAIXADA SANTISTA

- Circuitos que valorizem a culinária típica, história e paisagens naturais. Trilha do Telégrafo (São Vicente - Paranaguá)
- Centro Histórico de Itanhaém
- Circuitos que valorizem e revelem modos locais de vida.
- Trilha Caminho do Imperador (Estação Ecológica da Juréia-Itatins)

Quais são os negócios associados ao turismo de base comunitária que as comunidades poderiam planejar e desenvolver?

LITORAL NORTE E BAIXADA SANTISTA

- Ampliação e diversificação da oferta nos serviços de Ecoturismo: roteiros, guias, monitores, hospedagem, gastronomia, artesanato e trilhas
- Empresas prestadoras de serviços em organização e promoção de calendários de eventos na região do LN
- Investimento aos serviços de receptivo turístico em cada comunidade (infraestrutura)
- Investimento aos serviços de gastronomia tradicional: quilombola, caiçara e indígena
- Fomento aos grupos artísticos regionais e locais (rodas de viola, saraus, danças, contação de histórias, apresentações teatrais etc.)
- Produção de farinha artesanal e outros alimentos da cultura regional.
- Investimentos em Circuitos das culturas tradicionais locais e regional
- Espaços de produção e comercialização de produtos artesanais e artesanato tradicional.
- Investimento nos circuitos rurais (Visitação e vivências em área rural)
- Investimento em hortas comunitárias (colhe e paga)
- Investimento em infraestruturas para visitação aos atrativos naturais locais e regionais
- Visitação às atividades de pesca artesanal (cerco fixo, maricultura etc.), permacultura etc.
- Promoção de trilhas noturnas
- Promoção de passeios de charretes e de canoa.
- Promoção de passeios voltados à observação da fauna e flora. Ex: Turismo de observação de aves.
- Programação de roteiros para aumentar o tempo de estadia dos visitantes
- Diversificar as opções em função do tempo, gostos e parceiros
- Produção e comercialização de produtos locais manufaturados: alimentícios, cosméticos, medicina natural etc.
- Ecoesportes: mergulho, remo, surf, canoa e pesca esportiva.
- Criar centros de estudo do meio - pesquisa de campo para Universidades e Escolas.

Quais são os principais fatores limitantes que poderiam impedir o desenvolvimento do turismo com base comunitária? Como essas ameaças podem ser trabalhadas?

LITORAL NORTE

- A ausência da participação popular na tomada de decisões
- Cansaço participativo por parte das organizações da sociedade civil
- Faltam incentivos do poder público à participação da sociedade civil nos espaços de decisão sobre as políticas de turismo
- Impacto das grandes obras e investimentos na região
- Infraestrutura deficiente de equipamentos públicos
- Deficiência na acessibilidade dos roteiros, equipamentos turísticos (sinalização, vias de acesso, rampas adequadas etc.)
- Intensa especulação imobiliária na região
- Veranismo e Sazonalidade
- Ausência de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais
- Ausência de Planos Municipais e Regional de Turismo e Cultura
- Falha de comunicação entre os gestores públicos de diferentes níveis de governo e instituições
- Falta de devolutiva à sociedade de pesquisas e diagnósticos produzidos
- Planejamento turístico desarticulado de outras políticas públicas e privadas
- Baixo nível de conhecimento técnico aplicado aos desafios existentes na região, por parte do poder público e sociedade civil
- Falta de valorização e incentivo às atividades comunitárias
- Disputas e conflitos de interesses no planejamento turístico
- Dificuldade de acesso aos equipamentos turísticos
- Renda gerada pela atividade turística é concentrada em poucos detentores de serviços locais e gera retorno financeiro escasso às comunidades
- Pacotes turísticos comunitários promovidos por agências que são desvinculadas das comunidades locais
- “Exotização” das práticas de turismo de base comunitária
- Leis que dificultam a manutenção da cultura tradicional local

BAIXADA SANTISTA

- Segurança Pública frágil
- Ausência de ações de formação/capacitação continuadas para turismo de base comunitária
- Ausência de continuidade das ações dos governos locais
- A insistência da leitura preservacionista na gestão das unidades de conservação no Estado de São Paulo em não incorporar os povos e comunidades tradicionais nos planos de manejo como programa e atividade ofertada ao uso público
- Canais de diálogo/participação e decisões desarticulados
- Falta de sensibilidade política
- Falta de organização e articulação entre grupos na sociedade civil.
- Ausência de continuidade aos encaminhamentos dos debates públicos
- Falta de envolvimento das comunidades quanto às decisões políticas a serem tomadas.
- Ausência de transparência nas ações dos grupos
- Falta de articulação e animação da rede



ARQUIVO | PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

Como as comunidades podem se organizar para o desenvolvimento do turismo?

LITORAL NORTE

- Reuniões comunitárias e envolvimento de todos.
- Consciência do coletivo e organização interna
- Distribuir responsabilidades em prol de objetivos coletivos
- Turismo com a participação da comunidade
- Traduzir regras locais aos visitantes
- Garantir a representação das comunidades no planejamento turístico das localidades.
- Garantir a autonomia de gestão comunitária nas localidades. Garantir a presença das comunidades nos canais participativos.
- Criar oportunidades de novos negócios inclusivos
- Elaboração de inventários locais e regional com atrativos turísticos
- Identificar e valorizar os papéis e vocações dentro das comunidades para as cadeias produtivas do turismo.
- Identificar e atrair públicos adequados para os diversos segmentos turísticos
- Criar cadeia de atividades relacionadas ao turismo
- Ampliar a divulgação dos atrativos e serviços turísticos
- Promover encontros e capacitações para troca de experiências em práticas turísticas. (Monitores e guias ambientais, cozinheiros, serviços receptivos etc)
- Disseminar e intercambiar experiências de êxito no campo do Turismo
- Fortalecer as associações para a gestão dos negócios
- Definir os negócios em função das características do local
- Permitir a escolha de parcerias pelas comunidades na gestão das atividades turísticas
- Mediar conflitos e disputas internas
- Aprofundar conhecimento sobre a legislação vigente do Turismo e Meio Ambiente
- Turismo ecológico: entender o que a população deseja e o que tem para oferecer
- Fortalecer as formas associativas para a gestão de negócios

BAIXADA SANTISTA

- Participar dos Conselhos
- Promover trocas entre redes de Turismo de Base Comunitária
- Criar Pólos ou Centros de Referência em Turismo de Base Comunitária
- Conectar e fortalecer as cadeias produtivas do turismo de base comunitária
- Participar da elaboração dos planos Diretores, planos plurianuais etc..
- Exigir criação de Leis Municipais que incentivem práticas de Turismo de Base Comunitária
- Valorizar e fortalecer cada componente da cadeia produtiva que envolve as práticas voltadas ao Turismo de Base Comunitária.
- Realizar parcerias com associações de moradores, setores específicos, e setoriais
- Exercício permanente de gestão participativa e compartilhada
- Construir coletivamente regras e acordos de gestão e financiamento às práticas turísticas.
- Aproveitar potenciais dos trabalhos locais já existentes



CAROLINA CAFFE

Quais as oportunidades e parceiros?

LITORAL NORTE E BAIXADA SANTISTA

- Associações, entidades de classe, sindicatos, ONGs ambientais, culturais etc
- Governos municipais, estadual e Federal.
- Comércio local
- Operadoras e agências de turismo locais
- Diversidade de atores potenciais para futuras parcerias
- Editais e fontes de financiamento (públicos e privados) de apoio e fomento às atividades turísticas

PLENÁRIA FINAL

como formar uma Rede de Turismo Regional?

As experiências em rede apresentadas nos encontros o turismo com base comunitária iluminaram caminhos a serem seguidos e outros a serem evitados.

Destacou-se a importância da organização de rede de associações, enquanto meio de articulação das comunidades de moradores, agricultores, pescadores, ambientalistas e gestores públicos, trabalhadores e empresários dos serviços. Será preciso também envolver os turistas. Tudo isso para melhor integrar as iniciativas que já existem e mobilizar melhores e maiores investimentos para a área.

O desafio é de fortalecer estes espaços de participação para que eles tenham maior capacidade de decisão e influência nos rumos do turismo na região. Garantindo assim uma continuidade e constância essenciais para o processo político de fortalecimento dos atores locais.

Nos municípios existem encontros mais vivos de organizações e debates sobre a política de turismo local, por conta das políticas públicas de cultura, turismo, desenvolvimento entre outras. No âmbito regional falta um movimento de organização social, orientado à representação de interesses diversos, como de povos e comunidades tradicionais, pequenos produtores, ambientalistas, vizinhanças, para a troca de experiências, debates e integração das iniciativas de turismo, especialmente, para a interlocução com os três níveis de governo. A retomada das atividades do Comdial no Litoral Norte, com sua composição regional e diversa, em continuidade às suas atividades poderia incorporar a pauta e abrigar a rede de turismo regional com base comunitária.

Ao fim, a plenária do Litoral Norte sugeriu a realização de um encontro no próximo ano, elaborado com reuniões preparatórias nas comunidades.

A gestão das comunidades no desempenho do turismo em suas localidades foi proposta pelos participantes em defesa da concepção de autogestão do turismo. A comunidade deve ser a principal organizadora do turismo, onde cada membro desempenha seu papel: o artesão, o agricultor, o guia etc. O objetivo é gerar renda através do turismo utilizando práticas já desempenhadas pela comunidade há anos.

Contribuir para que as redes locais de turismo sejam estimuladas em sua organização, gestão compartilhada e acesso a recursos (sociais, econômicos e financeiros) é o grande passo a ser dado. As redes comunitárias podem ser exemplos de articulação local da sociedade e contribuem com o poder público municipal e estadual na implementação de soluções.

EXPEDIENTE COORDENAÇÃO EDITORIAL: Bianca Pyl, Diogo Soares, Fernanda Versolato e Mariana Romão
 ENCONTRO DE TURISMO SUSTENTÁVEL COORDENAÇÃO: Mariana Romão, Fernanda Versolato e Luís Borges
 EQUIPE: Ana Cristina Vellardi, Ariella Kreitlon Carolino, Carolina Bampa, Daniel Marconi Silva, Emmanuel Pontes, Hamilton Faria, Odilon Guedes, Maria Aparecida Tijiwa, Maria Judith Magalhães Gomes, Roberta Jovchevich e Tamires El Fakih.
 APOIO ENCONTRO DO LITORAL NORTE: Secretaria de Turismo de Ubatuba e Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba - FUNDAC, Comdial (Comitê de Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte), Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Maitaca Ecoturismo.
 APOIO ENCONTRO DA BAIXADA SANTISTA: Ecosurfi Brasil

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR, pescadores, povos e comunidades tradicionais



ARQUIVO | PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

O alimento é uma das preocupações básicas de todas as sociedades e as suas formas de produção e de consumo são aspectos que diferenciam as regiões. A alimentação está intimamente relacionada ao meio socioambiental, o lugar onde cada povo produz e reproduz a sua cultura. A cozinha brasileira reflete, portanto, o caldeirão de culturas de nossa sociobiodiversidade e os hábitos alimentares associam-se a fatores socioeconômicos, ambientais e culturais.

Por outro lado, a crescente globalização da chamada “dieta ocidental” nas últimas décadas, representada pelo consumo excessivo de alimentos ricos em gorduras, açúcar, alimentos industrializados e simultaneamente, um reduzido consumo de frutas, verduras, legumes e também leguminosas, vem acentuando a homogeneização e o desenraizamento cultural, sobrepondo a dimensão do mercado à dimensão da saúde, em prejuízo da diversidade das culturas regionais tradicionais.

É no campo da saúde pública que se podem observar os efeitos adversos do modelo de desenvolvimento, o empobrecimento da dieta alimentar como consequência do modelo de produção aliado à urbanização e à massificação que modificou profundamente o consumo, colocando em questão a própria concepção de qualidade na medida em que, ao priorizar a redução de custo, o aumento da durabilidade do produto e a satisfação do paladar, a indústria utiliza aditivos provocando mudanças significativas em sua estrutura química e na biodisponibilidade dos nutrientes, secundarizando aspectos associados à integridade e vitalidade dos alimentos.

O consumo insuficiente de legumes e verduras está entre os dez principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em todo o mundo. Esses alimentos são importantes na composição de uma dieta saudável, pois são fontes de micronutrientes, fibras e de outros componentes com propriedades funcionais.

Os resultados das duas últimas Pesquisas de Orçamento Familiar (IBGE, 2004; IBGE, 2009) evidenciaram fortes mudanças no padrão alimentar dos brasileiros nos últimos anos.

Apontam também a redução da desnutrição no país, ainda que persista em certas áreas e, de outro lado, o aumento do sobrepeso e da obesidade.

O sobrepeso é uma realidade para mais da metade dos brasileiros e o crescimento da obesidade é maior nas populações mais vulneráveis. Os fatores determinantes associam-se, em diferentes níveis, ao modo de vida moderna. A pesquisa Vigitel 2012 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas), do Ministério da Saúde, apontou que 51% da população acima de 18 anos está acima do peso ideal. Em 2006, o índice era de 43%.

A região do litoral não foge a essa tendência nacional, conforme os dados do SISVAN para crianças de 0 a 5 anos – de 2011, podemos verificar a tendência à obesidade e ao sobrepeso como problemas de saúde que já se verificam em crianças, a maior parte delas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Se até meados do século passado 50% das mortes eram provocadas por doenças infecciosas, hoje elas causam apenas 5% dos óbitos. Já as doenças crônicas — causadas principalmente pelo estilo de vida — foram responsáveis por 49% dos 35 milhões de falecimentos de 2005, segundo a Organização Mundial da saúde (OMS). A previsão é de que, em 2030, as doenças crônicas respondam por 70% do total de mortes.

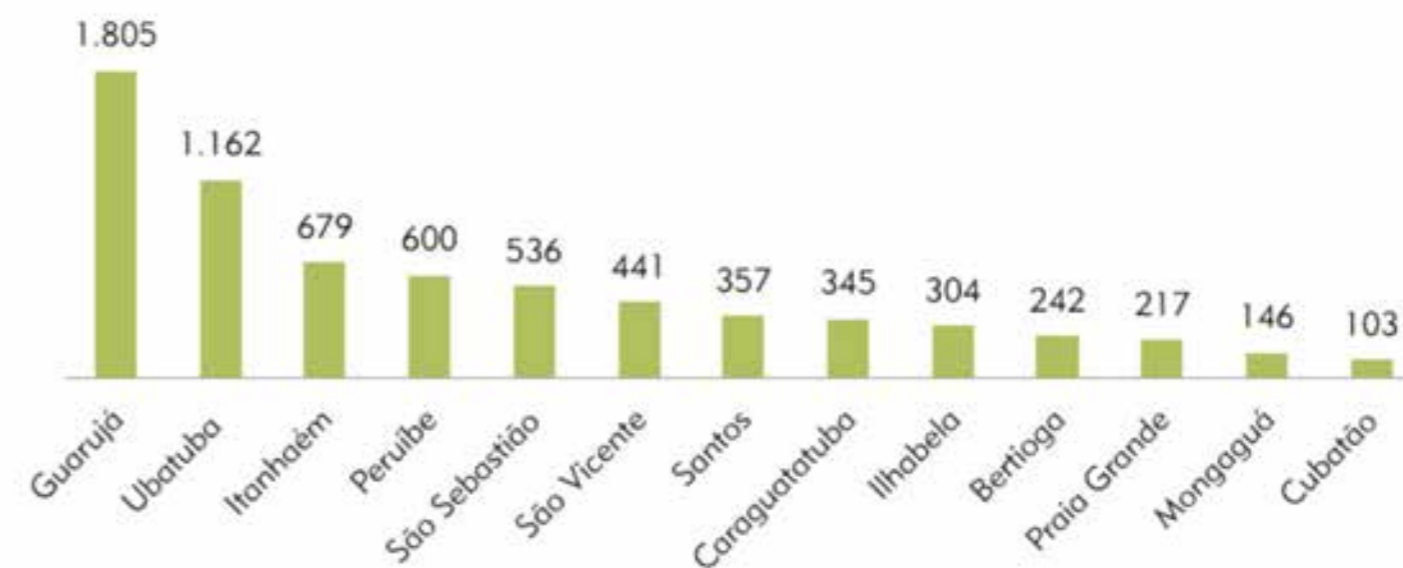
Um outro fator identificado na região é a diminuição da produção da agricultura familiar, dos pescadores, povos indígenas e quilombolas. Esse segmento apesar de pouco expressivo numericamente, é bastante significativo, diversificado, e com dificuldades que vão do acesso à terra, à falta de assistência técnica e ao crédito.

Os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, no Litoral Norte e, Peruíbe, Itanhaém e Mongaguá na Baixada Santista, mantêm a atividade de produção da agricultura familiar, a pesca artesanal e a integração das comunidades indígenas e quilombolas aos programas existentes. Essa produção enfrenta as dificuldades trazidas pela criação de áreas de proteção ambiental integral, a especulação imobiliária pelo turismo.

A atividade da pesca artesanal, presente em todos os municípios do litoral, ocupando cerca de 6.900 pessoas, vem diminuindo gradualmente nesses municípios em função da diminuição do pescado por motivos climáticos, pelas obras para extração de petróleo e gás, pela expansão de portos que ocupam os manguezais, pela concorrência da pesca industrial e/ou predatória e também pela concorrência de embarcações maiores do sul do país que pescam nessas águas e levam o produto para ser comercializado no seu estado. Além desses problemas os pescadores enfrentam dificuldades com os órgãos ambientais, para viabilizar instalações apropriadas para o desenvolvimento da atividade como: pequenos estaleiros para reforma dos barcos, pequenos atracadouros para embarque de combustível e gelo e desembarque de pescado, ranchos de pesca, pontos de comercialização.

A ausência do Serviço de Inspeção Municipal constitui um fator limitante na comercialização, dificultando a oferta da produção local para programas institucionais. O desafio para a atividade é encontrar meios de conservação, processamento e comercialização que possibilite maior retorno financeiro ao pescador artesanal, assim como facilite o consumo do pescado no local.

Concentração de pescadores por município



Fonte: Registro Geral da Atividade Pesqueira, Ministério da Pesca e Aquicultura, 2009.

Nas últimas décadas, persiste na região a produção para a autoconsumo, porém, o quadro de crescimento da urbanização, o aumento da migração impulsionada pela expansão do turismo, a redução da área da população caiçara pela especulação imobiliária, o aumento da pesca empresarial e a maior facilidade de acesso aos produtos industrializados, tem provocado uma maior dependência de produtos comprados fora da região, com significativas alterações no padrão alimentar.

Os resultados de pesquisas realizadas em comunidades caiçaras indicam a substituição gradual da alimentação tradicional, a exemplo do pescado, que historicamente vinha garantindo à população, o consumo mínimo de proteína, por produtos de fora, como a carne bovina e o frango.

Cabe mencionar o valor do pescado como um produto importante na alimentação, pois representa fonte de proteínas de alto valor nutritivo, baixo teor de gordura e rico em ácidos graxos poliinsaturados, elementos essenciais para o combate ao colesterol e demais doenças cardiovasculares.

Nesse período a situação alimentar alterou-se bastante, produzindo mudanças nos hábitos alimentares, a partir da crescente penetração dos produtos industrializados e do mercado *fast food*, com conseqüente aumento no consumo de produtos pouco nutritivos, com elevados teores de gordura, óleos, açúcares e sal, em detrimento do consumo de produtos regionais.

Esse Caderno Temático aborda ações realizadas na região que caminham na direção de reverter esse quadro, favorecendo o acesso à uma alimentação saudável por meio do incentivo ao consumo e à valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e pelos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo a construção de circuitos locais e regionais de comercialização.

A garantia de mercado assegura aos pequenos produtores a possibilidade de ampliar os seus investimentos, estimulando muitas vezes a sua formalização por meio do associativismo e do cooperativismo. Nesse sentido, é preciso aprofundar a pesquisa sobre as potencialidades e os entraves em ampliar a interação dos Programas Municipais de Alimentação Escolar com a produção local/regional.

O Programa de Alimentação Escolar é a base da alimentação de milhões de crianças, representando um importante fator de garantia de segurança alimentar e nutricional, além de colaborar na promoção de hábitos alimentares saudáveis e adequados.

No campo do abastecimento, as feiras livres ainda persistem, mesmo perdendo em importância para as grandes redes varejistas.

No campo dos equipamentos urbanos do abastecimento, as críticas da população se dirigem à escassez dos pontos de venda e à distância dos locais de moradia. Em relação ao abastecimento de frutas, legumes e verduras nas duas grandes regiões do litoral, Baixada Santista e Litoral Norte, verifica-se a ausência de espaços de comercialização no atacado, tanto para os produtos da agricultura familiar ainda existentes, quanto para comerciantes que trazem produtos dos CEASAS de São Paulo ou Vale do Paraíba para pontos de venda e distribuição em Santos e Caraguatatuba.

Há que se mencionar a presença de algumas iniciativas de programa e/ou projeto no setor de implantação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, hortas urbanas): os Bancos de Alimentos de São Vicente e Itanhaém, os restaurantes populares em Santos, Guarujá e São Vicente. Tais equipamentos exercem uma importante função na assistência alimentar em meio urbano.

Entende-se que além de facilitar o acesso físico e econômico ao alimento, as iniciativas no campo do abastecimento promovem a redução da intermediação entre a produção e o consumo, a descentralização e a regulação de preço dos alimentos.

Neste aspecto, destacam-se as iniciativas dos municípios de Itanhaém e Peruíbe, em executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), concebido para aproximar a produção de agricultores familiares e a compra pública de alimentos nos centros urbanos. A implantação do Programa Feira Agrícola Popular, em Itanhaém, como um importante instrumento de aproximação entre consumidores e os produtores e pescadores artesanais.

Chama a atenção a pouca expressão de ações relacionadas aos povos e comunidades tradicionais da região, dada a presença de inúmeras comunidade quilombolas, caiçaras e indígenas e considerando a existência de programas governamentais que poderiam atender às demandas

locais. Considerando-se as condições de vida destas comunidades, a ampliação do apoio às atividades produtivas significaria introduzir um enfoque de equidade ao desenvolvimento local, por meio do reconhecimento, da reversão do quadro de insegurança alimentar destas populações que representam a sociobiodiversidade da região.

Assim, a valorização diversidade cultural da região na perspectiva do desenvolvimento local, por meio do fortalecimento das comunidades e da valorização de sua culinária e artesanato pode se constituir em um importante contraponto de afirmação de alternativas de escolhas mais saudáveis e de um consumo diferenciado, diante do crescimento do mercado fast food na região.

Seria preciso aprofundar a investigação sobre o grau de diminuição da diversidade de produtos consumidos por povos e comunidades tradicionais e população em geral e os impactos na saúde, a partir da exclusão da dieta dos itens da produção local.

Cabe destacar que o aumento da renda pode ser um fator de influência no progressivo abandono das práticas e dos meios de produção local em favor da facilidade de acesso ao mercado de alimentos, não significando necessariamente uma melhora da qualidade nutricional da dieta.

Nos últimos anos, o tema da alimentação saudável tem sido pautado pelos movimentos que tratam da questão da soberania e segurança alimentar e nutricional. A abordagem da segurança alimentar e nutricional favorece uma maior sinergia entre a dimensão da produção de alimentos e dos processos associados à alimentação. Envolve um conjunto de questões relacionadas à qualidade dos alimentos, à forma como são produzidos, ao preço, à vigilância sanitária, às doenças relacionadas à alimentação, à educação alimentar, às dificuldades de acesso, aos padrões de consumo e à cultura alimentar.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

“O direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”

II Conferência Nacional de SAN, 2004

Fruto de uma ampla mobilização no país, a conquista do reconhecimento da alimentação como um direito humano fundamental passou a obrigar o Estado a implantar políticas e programas que favoreçam o acesso a uma alimentação adequada e saudável.

Para melhor coordenar as ações associadas à alimentação saudável entre os diversos setores e também entre as esferas de governo, foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

No nível municipal, a implantação de sistemas de segurança alimentar e nutricional (SISAN) colabora na melhoria das condições sociais da população, gerando impactos positivos no acesso à alimentação adequada e saudável e constitui uma estratégia capaz de fazer frente aos desafios colocados para a região do litoral de São Paulo nos próximos anos.

No cenário da região, com base nos fatores analisados, é possível portanto, identificar dois perfis de municípios: os que já contam com equipamentos e programas públicos de SAN, conselho e/ou secretaria de SAN, e aqueles que ainda não se relacionam com o tema.

O diagnóstico realizado na região do litoral de São Paulo indica que os desafios para a implantação de Sistemas de SAN para esse primeiro grupo de municípios, passa por uma ampliação e diversificação da rede operacional de programas, para além do eixo de acesso à alimentação, procurando a execução de ações em todo o circuito do alimento; uma maior integração das ações já existentes em diferentes secretarias; a garantia de continuidade das ações por meio do fortalecimento da institucionalidade das iniciativas de proposição municipal; maior presença e integração das ações dos órgãos estaduais associados ao tema; o fortalecimento do controle social através de uma maior difusão da questão junto às entidades sociais que realizam ações de SAN; e a criação do marco legal do Sistema de SAN.

Nos demais municípios, o tema ainda está ausente da agenda municipal, dado o caráter recente do processo de apropriação do tema como política pública, a partir da iniciativa de proposição do governo federal.

Pode-se dar início à implantação de sistemas locais, a partir da qualificação das ações já existentes nas políticas setoriais de agricultura, saúde, educação, cultura, meio-ambiente, assistência social e, principalmente, a partir da inserção da ótica da SAN nos programas Programa Bolsa Família, Programa de Alimentação Escolar e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, impulsionados pelo governo federal e, gradativamente, ir ampliando, qualificando e fortalecendo uma rede operacional de programas de SAN.

Em um amplo processo de discussão com os gestores e a sociedade civil organizada, será preciso reunir elementos para a elaboração de estratégias e diretrizes que possam integrar as ações já existentes e requalificá-las à luz da Segurança Alimentar e Nutricional, em uma perspectiva intersetorial.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS e cultura alimentar



ARQUIVO | PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL

A discussão em torno da proteção dos povos e comunidades tradicionais no Brasil passa por diversas reflexões sobre os modos de vida destas populações e as possibilidades de integração com a sociedade contemporânea e moderna. Proteger é uma forma de garantir, com participação social e força política, a integridade das culturas.

Quando tratamos de povos e comunidades tradicionais devemos levar em conta as peculiaridades culturais, as tradições e o seu habitat, o lugar em que estas comunidades convivem e a relação com suas origens. Entretanto, existem questões que são de abrangência nacional, ou seja, são semelhantes a todas os povos e comunidades tradicionais existentes hoje no Brasil: garantir a segurança alimentar destes povos fortalecendo sua cultura alimentar é um exemplo disto.

No litoral paulista existem vários povos e comunidades tradicionais, destacadamente indígenas, quilombolas e caiçaras. Estes povos resistem para manter sua cultura e sobreviver ao crescimento desordenado das cidades, que não respeita o meio ambiente e os modos de vida do povo tradicional da região. Entretanto, nos últimos anos, a questão indígena no Brasil tem ganhado maior visibilidade e respeito pela sociedade, embora muitos ainda desconheçam a identidade e a importância da cultura indígena, suas tradições e formas de viver. Com o reconhecimento crescente dos seus direitos e a partir da estruturação de um movimento indigenista foi possível o fortalecimento destes povos, que tem suas tradições, línguas e cultura garantidas pela nova Constituição Brasileira de 1988. Desde então a luta dos povos indígenas vem buscando a consolidação de seus territórios, a ocupação efetiva e consciente das áreas reservadas e suas fontes de subsistência³.

³ "Novos paradigmas de produção e consumo", capítulo "O povo xavante e os impactos do Projeto Jaburu", Inimá Pappiane, 2010 – Instituto Polis

Em relação às comunidades quilombolas os movimentos consideram que “a despeito de diversos problemas de ordem sociopolítica, jurídica, burocrática e estrutural os processos de reconhecimento, identificação e titulação de terras quilombolas, além de outros conflitos de ordem fundiária, como políticas públicas equivocadas para o uso da terra...pressões de toda ordem nas áreas...hoje o movimento é respeitado e os quilombolas ganham destaque nas políticas governamentais”⁴.

Uma demonstração deste movimento crescente de respeito e proteção da cultura destes povos, ressaltando a importância de preservar a cultura alimentar, são as políticas públicas que afirmam a autonomia destas comunidades em seus modos de vida. O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015⁵ tem como uma de suas Diretrizes a Promoção, Universalização e Coordenação das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para Quilombolas e demais povos e Comunidades Tradicionais de que trata o Decreto 6040/2007 e Povos Indígenas. O Plano enfatiza a importância da regularização fundiária para estas comunidades e também a criação e fortalecimento de programas que garantam a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento cultural. A aquisição de alimentos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais é um exemplo de programa público que contribui para a permanência destas comunidades em seu território; diversas iniciativas vêm sendo realizadas no sentido de articular gastos públicos com alimentação e produção local, de modo que os programas que visam garantir o direito humano a alimentação possam também ser geradores de desenvolvimentos das famílias e comunidades.

Outra questão colocada no Plano Nacional é o incentivo à conservação, manejo e uso da agrobiodiversidade voltados aos povos e comunidades tradicionais. Estes povos e comunidades passaram, nos últimos anos, a acessar diversos serviços públicos e também a participar mais ativamente de espaços participativos, como fóruns, conselhos, conferências etc, permitindo assim uma maior negociação junto às políticas públicas.

O fortalecimento deste segmento se deu a partir de 2005 quando aconteceu o I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, resultando em uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); a partir de então foi possível a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, em 2007.

Com o intuito de aprimorar e legalizar o uso sustentável dos recursos destes povos e comunidades tradicionais, foi publicado em 2009 o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, reconhecendo o potencial natural e cultural da biodiversidade no Brasil; a

política também criou oportunidades para investimentos em negócios sustentáveis e inovação de produtos, especialmente na área alimentícia.

Com o foco nas comunidades indígenas, a Carteira Indígena (programa do governo federal) financia projetos voltados para a produção de alimentos de autoconsumo, como hortas comunitárias, agroextrativismo, construção de equipamentos de alimentação etc. A Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, fomenta ações de segurança alimentar, de geração de renda e gestão sustentável dos recursos naturais em Terras Indígenas.

Possibilitar o acesso a programas e projetos de fundos públicos ou privados é o grande desafio a ser enfrentado e também o grande portal de possibilidades para o fortalecimento da cultura alimentar, expandindo não só para dentro das comunidades mas também para as comunidades do entorno e pessoas que visitam estes lugares, uma vez que entram em contato com o alimento regional, saboroso e nutritivo.

Fortalecer a cultura alimentar é contribuir para a valorização de alimentos regionais, oriundos do nosso ecossistema, bem como reforçar a economia local. Por exemplo, o trigo, que não é uma planta originária do Brasil, tem de ser importado, pois o país produz metade do que se é consumido internamente. A mandioca, já um produto brasileiro e muito utilizado pelos povos e comunidades tradicionais, está sendo menos consumido pela maioria da população; junto com o milho a mandioca poderia substituir o trigo em diversas preparações dos alimentos, gerar renda para as comunidades e fortalecer a cultura alimentar.

Outros exemplos que contribuem para o fortalecimento da cultura alimentar são as festas que têm como principal chamariz o alimento. Em Ubatuba, por exemplo, realiza-se a Festa da Juçara e da Mandioca, em Caraguatatuba a Festa do Camarão, em Ilhabela o Festa de São Benedito e a Uxaria onde todos ajudam a preparar e comer o alimento sagrado, em Peruíbe a culinária caiçara é forte e atrai turistas. São manifestações que já acontecem, algumas com apoio do poder público e outras apenas com a força e tradição das comunidades. Cada uma com sua especificidade, e todas compartilhando o principal alimento para suas vidas: a preservação da cultura.

O alimento tem sido nas tradições um componente fundamental dos modos de vida, em torno do qual se constituem narrativas e identidades importantes para a preservação e o desenvolvimento da cultura. Valorizar a cultura alimentar é também contribuir para o fortalecimento do patrimônio cultural da localidade, oferecendo ao povo da região e aos turistas um repertório próprio. Por outro lado, iniciativas nessa direção podem colaborar na articulação de circuitos produtivos comunitários a partir de uma economia local, e diversificar atividades econômicas da região, dando mais sustentabilidade ao modelo de desenvolvimento local.

⁴ “I Encontro Nacional de Lideranças das Comunidades Remanescentes de Quilombos Tituladas”.pg 10

⁵ Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012-2015 – Brasília, DF: MDS; Consea, 2011

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

a ponte entre educação e agricultura familiar



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM

No processo de elaboração do diagnóstico para os 13 municípios envolvidos no Projeto Litoral Sustentável foi realizado um amplo levantamento das várias políticas públicas voltadas a essa área procurando-se identificar os fatores que dificultam e os que constituem potenciais à estruturação de sistemas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE reúne vários atributos das políticas de SAN tais como: a inserção de alimentos saudáveis, frutas, legumes e verduras nas refeições dos alunos; aquisição de gêneros alimentícios produzidos na proximidade do local de consumo (circuitos curtos de comercialização); incentivo ao agricultor familiar e ao pescador artesanal para diversificar e beneficiar a produção visando aumento da renda por meio da venda ao mercado institucional; incentivo financeiro para transição da agricultura convencional para agricultura orgânica; e, possíveis atividades de educação alimentar.

Na Baixada Santista encontramos os municípios de Guarujá, Praia Grande e Itanhaém adquirindo gêneros alimentícios dos agricultores familiares, mas apenas Itanhaém conseguiu implantar o total do valor estipulado no PNAE destacando-se também por assessorar, apoiar e adquirir a produção no próprio município.

Para compartilhar a experiência com outros municípios da região, a cidade de Itanhaém promoveu, com apoio do projeto Litoral Sustentável, o 2º Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda, nos dias 26 e 27 de novembro de 2013.

Em uma ação integrada e planejada, é possível fortalecer a produção da agricultura familiar, valorizar alimentos locais e melhorar o valor nutricional da alimentação servida às crianças da rede pública de ensino. “Diariamente, são distribuídos 600 kg de palmito pupunha às escolas de Itanhaém. É um produto típico da região, rico em vitaminas A e C, e que também pode ser consumido cru”, diz Luciana Melo, do Banco de Alimentos do município, que atua no combate à fome e ao desperdício e está vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Durante os dois dias do encontro, sociedade civil e poder público puderam discutir temas pertinentes a agricultura familiar e aos gestores municipais, e assim foi possível elencar as oportunidades e os desafios do cenário atual: Como realizar a articulação entre Governo Federal e municípios? Como fomentar a cadeia produtiva para a valorização da agricultura familiar e orgânica? Como aumentar a abrangência e os resultados dos programas federais em nível local?

“Itanhaém assumiu a contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar, repercutindo positivamente nos outros municípios da Baixada Santista”, ressalta Renata Mainenti Gomes, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ligado ao FNDE. Ela revela que 80% dos municípios brasileiros já adotam a política de comprar alimentos destinados à alimentação escolar de pequenos produtores. “Caminhamos para 100% de adesão”.

A agricultora Kátia Unten Sasahara inscreveu-se, através de chamada pública, como fornecedora de palmito pupunha para os programas da Prefeitura de Itanhaém. “É um incentivo para a família ficar no campo”, elogia a pedagoga de formação, cuja família também é produtora de banana. Atualmente fabricam a farinha da banana verde, alimento muito nutritivo que poderá ser incorporado ao cardápio escolar e também pela população em geral.

Kátia lembra que na primeira colheita do palmito pupunha eles simplesmente não tinham para quem vender. Hoje, toda a produção do casal é destinada aos programas Banco de Alimentos, Feira Popular e Alimentação Escolar, da Prefeitura.

Os agricultores cadastrados pelo município recebem auxílio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão do Governo do Estado de São Paulo responsável por executar programa de extensão rural, que viabiliza a visita de um engenheiro agrônomo e de um técnico agrícola ao campo.

A cota de venda de cada agricultor familiar é de até R\$ 20 mil por ano, sendo que a aquisição deve dar prioridade aos produtores do município e em seguida aqueles da região.

Segundo o diretor do Departamento de Agricultura da Prefeitura de Itanhaém, Odil Júnior, a meta é promover a integração das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional com as da agricultura e da pesca. Nesse contexto, o desafio é incluir cada vez mais produtos regionais na alimentação, como o pescado processado e o cará-moela, também produzido na região em menor escala, que tem larga vantagem nutricional sobre a batata.



Com a vizinha de sítio Ana Lúcia Santos, a agricultora Kátia comercializa produtos artesanais, como a farinha de banana verde e o bolo de milho cremoso, na feira popular que acontece aos sábados, no centro de Itanhaém.

“Agregamos valor aos alimentos, escoando toda a produção semanalmente”, enfatiza. Ana Lúcia, por sua vez, é famosa entre os frequentadores da feira pelo nhoque de banana, que ela comercializa pré-cozido, e pelo suco de mandioca, algumas de suas especialidades caiçaras. “Sem o atravessador, nossa renda aumentou e, hoje, eu não dependo mais do meu marido”, comemora a produtora de banana, revelando outro aspecto interessante da valorização da agricultura familiar: o empoderamento de todos os envolvidos.

Cozinheiras de mão cheia, Ana Lúcia e Kátia estão entre as colaboradoras do livro “Feiras Gourmet”, que reúne diversas receitas de agricultores de Itanhaém. As duas compartilharam o amplo conhecimento culinário durante a oficina ‘Produto local na alimentação escolar’, realizada na cozinha experimental do Banco de Alimentos de Itanhaém, no segundo dia do Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda.

Com a presença de merendeiras, educadoras, nutricionistas e agricultores de toda a Baixada Santista, elas mostraram que é possível preparar, de forma simples, pratos saborosos e nutritivos, com produtos da região, desmistificando a resistência das próprias merendeiras quanto à dificuldade de manuseio e sabor de certos alimentos.

Na oficina foram produzidas almôndegas ao molho de tomate com farinha de banana verde; creme de palmito pupunha; farofa de couve com farinha de banana verde; nhoque de banana; vinagrete de palmito pupunha entre outras.

RECEITAS COM INGREDIENTES REGIONAIS

NHOQUE DE BANANA VERDE (agricultora Ana Lúcia)

12 bananas verdes assadas no forno com a casca

1 colher de sopa de manteiga

1 ovo

Sal a gosto

1 xícara e ½ de farinha de trigo

Modo de preparo: dar choque de água fria nas bananas assadas e depois amassa-las.

Misturar o restante. Sovar a massa, enrolar, cortar e cozinhar com sal e azeite.

CREME DE PALMITO PUPUNHA (agricultora Kátia Unten)

400g de palmito pupunha in natura picado

1 cebola picada / 2 dentes de alho triturado

1 colher de sopa de óleo

200ml de leite

1 colher de sopa de amido de milho

Tempero a gosto

Modo de preparo: Em uma panela aqueça o óleo e frite a cebola e o alho, junte o palmito e de uma rápida refogada. Acrescente os temperos, tampe a panela e deixe ferver por uns 10 minutos. Dissolva o amido de milho no leite e misture com o palmito; deixe ferver mais um pouco e está pronto para servir.

Incorporada na alimentação escolar de Itanhaém e Peruíbe, a farinha de banana verde, tem propriedades nutricionais riquíssimas. É rica em minerais como potássio, fósforo, zinco, magnésio, manganês, ferro e cálcio, além de possuir sabor suave, de fácil aceitação ao paladar infantil, e índices calórico e glicêmico significativamente menores do que os da farinha de trigo.

“É notória a questão da obesidade nas escolas e o alto índice de diabetes no município, e a farinha de banana verde é uma forte aliada no combate a esses problemas e também ao colesterol elevado”, alerta Luciana Melo, demonstrando a preocupação local em relação à saúde pública.

Seguido da Oficina de culinária caiçara, o segundo dia foi voltado a apresentações sobre os temas de Segurança Alimentar e Nutricional, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, agricultura familiar e as experiências dos municípios na alimentação escolar; a discussão foi focada nos programas governamentais e nos entraves que os municípios encontram para cumprir a lei federal nº 11.947/2009, que determina que ao menos 30% dos recursos para a alimentação, provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), sejam aplicados na compra direta de produtos da agricultura familiar.

No debate foi possível identificar as dificuldades dos gestores municipais em trabalhar com os programas de nível federal. Por falta de capacitação, articulação ou assessoria técnica entre os diferentes setores e esferas governamentais os obstáculos tornam-se maiores. No entanto, a partir das discussões foi possível levantar a necessidade de se formar uma rede de cooperação regional, compartilhando iniciativas de sucesso e colaboração.

O Seminário reuniu aproximadamente 80 pessoas, dentre elas, representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE-Brasília), da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI-Santos e Peruíbe), Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM), FUNAI, e entidades acadêmicas. Além desses agentes, estiveram presentes nutricionistas, agricultores, merendeiras e outros interessados em discutir os programas governamentais.

Outro destaque do Seminário, promovendo a alimentação saudável, foi a participação do Grupo “Sonhos e Sabores”; um grupo de mulheres cooperadas que fabricam alimentos nutritivos, com conceitos do enriquecimento nutricional e alimentos regionais, que ofereceram o lanche durante o período do evento. O grupo trabalha dentro das diretrizes da economia solidária, segurança alimentar e alimentação saudável, priorizam os alimentos integrais e orgânicos, “nossa produção busca causar o menor impacto ambiental possível e valorizar o trabalho em grupo, onde todas trabalham e dividem os custos”, comenta Keka, coordenadora do grupo.

Dentre os diversos resultados do Seminário pode-se enfatizar a importância da educação alimentar nas escolas para o crescimento saudável das crianças e também a mudança de hábitos dos adultos. Uma vez que a escola inicia um trabalho com esta temática toda a comunidade se envolve. A atuação de Itanhaém demonstra que, havendo interesse, é possível garantir o acesso da população a alimentos de qualidade, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde e que valorizem o produto regional e o pequeno agricultor, sendo também uma prática ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

SISTEMATIZAÇÃO DA DISCUSSÃO DO EVENTO

RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS

- Ganhos para os municípios: crianças e agricultoras
- Combate ao êxodo rural
- Geração de renda
- Fortalecimento do agricultor – não depende mais do atravessador
- Valorização da agricultura familiar – protagonismo e empoderamento – reconhecimento como cidadãos
- Qualidade e diversificação da produção

DEMANDA DOS AGRICULTORES(AS):

- Logística para viabilizar o transporte e comercialização dos insumos;
- Os agricultores tiveram que se organizar para formar uma associação;
- Com o programa houve mudança na produção, isso pode ser observado na feira popular do agricultor - Houve a diversificação da produção, antes havia a monocultura da banana – Portanto há necessidade de aumentar a assistência técnica rural/apoio técnico para a produção e também organização em cooperativas;
- Valorizar o trabalho do agricultor, realizar um trabalho de sensibilização junto às escolas;
- Não haver a criminalização do manejo familiar em áreas de preservação ambiental.
- Compreensão das dificuldades para atender os prazos de entrega dos alimentos e a safra – “não é o ano inteiro que dá manga”

DEMANDAS PARA O PODER PÚBLICO:

- É preciso aproximar mais os setores da agricultura da educação.
- Inexistência de intersectorialidade entre os órgãos do governo municipal é um obstáculo.
- Demora em mapear e criar uma logística para atender as demandas dos programas.
- É preciso maior diálogo da prefeitura com o agricultor. Negociação com os agricultores familiares para formar uma parceria e avançar na inserção do PNAE. Importância da parceria do poder público e agricultores familiares.
- Buscar recursos de programas e políticas públicas para o município.
- Tem que privilegiar o pescado local e os produtos da agricultura familiar local.
- O apoio e assistência técnica, além de cursos de formação, por exemplo, para processamento de alimentos
- Os gestores públicos precisam ir a campo (fazer uma busca ativa) e entender a realidade, não basta abrir uma chamada pública apenas.

- Garantia de comercialização dos produtos a preço de mercado, assim não ficam mais nas “mãos” dos atravessadores, vendendo a preços irrisórios.
- Melhor acesso ao Pronaf (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).
- Capacitação dos gestores públicos para a efetivação da Chamada Pública
- Apoiar o agricultor para atender a Chamada Pública – maior divulgação

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Fortalecimento da extensão rural para os pequenos agricultores quilombolas, indígenas, caiçaras etc.
- Necessidade de conversar mais longamente com os representantes do governo do estado de São Paulo (Secretaria de Agricultura e a de Meio Ambiente).
- Elaborar rede de oferta de produtos para chamadas públicas do PNAE.
- Fortalecer os produtores em áreas de assentamento.
- Relatar e cobrar novos parâmetros para extensão rural aos povos tradicionais.
- Alguns programas públicos desrespeitando as organizações sociais dos povos e comunidades tradicionais quilombolas, caiçaras e indígenas (impedimento do técnico para fazer assistência técnica no local, escoamento da produção, por exemplo).
- A questão indígena tem uma série de desafios no PNAE / Foi criado um GT para discutir alimentação escolar indígena nas duas frentes (oferta da alimentação adequada e aquisição da produção dos índios).

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

- Qual extensão rural se espera – aprofundar a reflexão sobre extensão rural
- Gestão Regional Integrada
- Valorizar inclusão dos povos e comunidades tradicionais
- Esta Lei da alimentação escolar possibilita mudança de paradigmas
- Equipamentos e serviços públicos precisam se adequar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização das discussões do 2º Seminário demonstra que o processo participativo de construção das agendas municipais e regional ocorrido no âmbito do Projeto Litoral Sustentável traduziram as demandas apresentadas no evento em ações estratégicas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e da pesca artesanal nos municípios da Baixada Santista.

De forma abrangente, as ações sugeridas, debatidas e aperfeiçoadas durante as consultas e audiências participativas do Projeto Litoral Sustentável, voltadas para a pesca artesanal e para agricultura familiar naqueles municípios onde a atividade persiste, foram as seguintes:

- 1) Compatibilizar as áreas ocupadas por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais com as necessidades de preservação dos remanescentes de mata atlântica, reservado o direito ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades que ali vivem;
- 2) Prever, nos Planos Diretores Municipais de São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela, Ubatuba, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, áreas passíveis de plantio para a agricultura familiar ou ainda a criação de um cinturão verde voltado para a agricultura sustentável;
- 3) Implantar infraestrutura de apoio para o desenvolvimento da atividade pesqueira de acordo com as demandas de cada município (estaleiro, píer, câmara frigorífica, fábrica de gelo) e instalação de equipamentos adequados ao processamento e comercialização do pescado, além da implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar sua comercialização em programas de compras institucionais;
- 4) Apoiar o desenvolvimento das atividades de maricultura e piscicultura;
- 5) Promover a inserção dos povos e comunidades tradicionais e pescadores artesanais nos programas de compras institucionais;
- 6) Ampliar as equipes e estruturas das Secretarias Municipais de Agricultura e Pesca, assim como da rede estadual da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI para a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER com assessoria contínua no planejamento da produção, na elaboração de projetos de beneficiamento e comercialização e aplicação das políticas públicas federais e estaduais existentes voltadas à agricultura familiar, pesca artesanal e aos povos e comunidades tradicionais, visando sua permanência e fortalecimento nas atividades produtivas.

A implantação dessas propostas está relacionada à capacidade de articulação de todos os atores envolvidos em sua construção e presentes ao II Seminário, ressaltando que a rede composta por agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades indígenas, técnicos da ATER e representantes do poder público, representa o estágio avançado de organização desses setores na Baixada Santista.

Como explicitado na apresentação deste Caderno, na próxima etapa do projeto o Observatório do Litoral Sustentável e o Fórum de Acompanhamento deverão se constituir em espaços privilegiados para articulação da implementação e monitoramento das ações das Agendas Municipais e Regional. A presença de organizações atuantes como uma rede na Baixada Santista com acúmulo de discussão sobre o tema e a necessidade de buscar soluções para os problemas enfrentados no território na implantação das políticas de SAN indicam que “Segurança Alimentar e Nutricional” será um dos temas de destaque entre as ações na região.

EXPEDIENTE AUTORES: Christiane Gasparini Araújo Costa, Mariana Romão e Maria Judith Magalhães Gomes
 APOIO: Amanda Lemos, Bianca Pyl, Diogo Soares, Emmanuel Ponte, Roberta Jovchevich e Tamires El Fakh
 ENCONTRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
 ORGANIZAÇÃO: Christiane Gasparini Araújo Costa, Mariana Romão e Maria Judith Magalhães Gomes
 APOIO: Prefeitura Municipal de Itanhaém: Banco de Alimentos

SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E UMA AGENDA DE DIREITOS: o pré-sal como oportunidade



SEGURANÇA E MUNICÍPIOS a relevância das cidades



CREATIVE COMMONS
??????

No âmbito do **projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social**, proposto pelo Instituto Pólis à Petrobras, 13 municípios do Litoral norte de São Paulo fizeram parte de um processo de planejamento do futuro dessas cidades, que incluiu um mapeamento das realidades e demandas atuais e o desenho participativo de agendas temáticas. O objetivo desse processo era permitir que as cidades estivessem mais preparadas para as transformações que vão ocorrer nos seus territórios em função do pré-sal.

Tradicionalmente, empreendimentos como o pré-sal contam com diagnósticos urbanos e socioambientais que tratam de temas como habitação, meio ambiente, mobilidade, economia, entre outros. No caso do Litoral Sustentável, a segurança pública fez parte dos temas tratados desde o princípio, sendo objeto de um diagnóstico e do processo de construção das agendas regionais e municipais. A inclusão do assunto revela por um lado, sua importância para os municípios em questão. Ao colocar o tema da segurança junto com temas como habitação, mobilidade, meio ambiente, entre outros, o projeto deixa claro que vê a segurança pública a partir de um novo paradigma: reconhecida como direito e parte integrante dos processos de desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, estamos falando da segurança pública na sua chave preventiva, como instrumento de garantia de direitos. E, nesse sentido, pensada a partir da articulação com outras políticas sociais, orientada pelas demandas territoriais e com ampla participação da sociedade civil – na sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Há, contudo, uma singularidade no que diz respeito às políticas de segurança pública no Brasil: por um lado, o tema se apresenta como um problema cada vez mais relevante para uma parte significativa dos municípios brasileiros, sendo um dos elementos que contribuem para o desenho social e políticos dos territórios urbanos. As desigualdades e vulnerabilidades das cidades são percebidas também a partir da distribuição desigual da violência nas cidades bem como das políticas e estratégias de prevenção. Nesse sentido, nos últimos anos, muitas cidades brasileiras passaram a investir no desenvolvimento de políticas nessa área.

No entanto, ao mesmo tempo, do ponto de vista da gestão e governança, o papel assim como as atribuições municipais em se tratando de segurança pública ainda não estão claramente definidos, seja de uma perspectiva legal, seja no repertório de práticas à disposição das cidades.

Não há ainda um consenso a respeito das atribuições das cidades, em que medida e de que forma se dá a colaboração com as polícias civil e militar, etc. Ainda, não é sempre que as cidades têm recursos ou privilegiam e organizam seus orçamentos de modo a investir na constituição de estruturas de gestão e governança de políticas locais de prevenção.

Estamos falando da segurança pública na sua chave preventiva, como instrumento de garantia de direitos. E, nesse sentido, pensada a partir da articulação com outras políticas sociais

Com efeito, podemos dizer que, hoje, há um descompasso entre demanda e capacidade institucional nesta esfera política particular. Se por um lado a violência e criminalidade se apresentem como desafios das cidades, elas não parecem ser ainda um campo claro de intervenção para as cidades, que carecem de recursos técnicos e financeiros e, em alguns casos, vontade política.

Essa tensão entre relevância do problema e a disposição e capacidade institucional das cidades para responder a ele pode ser percebida numa leitura regional das iniciativas municipais das 13 cidades do Litoral Norte Paulista

que serão impactadas pelo pré-sal. Ela está expressa pela heterogeneidade da qualidade e alcance das respostas governamentais a cenários para os desafios associados a segurança criminalidade são também diversos. Tal heterogeneidade mostra, em primeiro lugar, que entre os 13 municípios a centralidade da temática da segurança pública é variada. Mas, além disso, ela é também reveladora de uma agenda política em construção. Nesse sentido, sublinha a necessidade de um olhar capaz de conjugar as especificidades locais com as potencialidades de ações pensadas a partir de uma perspectiva regional.

Um tema emerge como diretriz geral a ser observada pelas cidades: a formulação de questões e estratégias regionais a partir das realidades municipais. Nesse sentido, identificação e criação dos espaços de organização, articulação e gestão regional.

PANORAMA DO LITORAL

desafios e potencialidades



C. ALBERTO | CREATIVE COMMONS

De acordo como os diagnósticos produzidos no âmbito do projeto Litoral Sustentável, há uma grande diversidade nos desafios enfrentados pelas 13 cidades estudadas. Ao mesmo tempo em que encontramos municípios que acompanharam a redução dos homicídios vivida pelo Estado de São Paulo, temos cidades que observam uma tendência oposta, com um aumento das taxas desse tipo de crime. Ainda, se por um lado algumas cidades foram capazes de consolidar estratégias para prevenir crimes específicos como furto e roubo de veículo, por outro, os crimes contra o patrimônio em geral seguem sendo um dos principais elementos na disseminação da sensação de insegurança em várias das cidades analisadas.

O mesmo nível de variação pode ser percebido quando avaliamos a capacidade municipal na elaboração de políticas de segurança. Os municípios parecem estar em momentos diferentes em se tratando da elaboração de planos municipais, existência ou não de Guardas Municipais e mesmo em relação ao treinamento e formação das GCMs.

Isso não impede, no entanto, que uma série de pontos comuns sejam encontrados. O primeiro, e talvez um dos mais relevantes, é a existência de uma demanda clara por parte da população das diversas cidades para que haja um investimento no aprimoramento de ações capazes de promover a segurança pública.

Tal demanda pode ser entendida como um reflexo imediato dos índices de criminalidade, nos lugares onde esses são elevados ou observam uma tendência nessa direção. Mas essas manifestações por parte da população podem ser lidas também como um efeito antecipado de uma visão que conjuga desenvolvimento econômico com determinados impactos sociais.

Nas falas de vários entrevistados e dos participantes das audiências públicas, há uma associação entre o desenvolvimento econômico e social das suas respectivas cidades com um aumento da criminalidade potencial ou real em muitos casos associados ao tráfico de drogas. Entre as consequências antecipadas estabelece uma conexão entre violência e criminalidade urbana e desenvolvimento sem planejamento.

Além disso, os padrões de vitimização juvenil e a falta de oportunidades de educação e emprego para essa parcela específica da população foram temas presentes em todo o processo e em praticamente no trabalho com todos os municípios.

Uma estratégia regional deve ter no seu horizonte o ponto de equilíbrio entre as formulações coletivas e compartilhadas e as respostas do poder público capazes de atender às demandas locais.

Essa conexão sublinha a necessidade de um desenho de uma política de segurança pública para a região e de aprimorar as que já existem em consonância com a vocação municipal. Ou seja, políticas cujo foco não esteja no enfrentamento do crime (atribuição do governo estadual e das polícias), mas na ampliação da capacidade de prevenção da violência e da criminalidade das cidades, articulando tais estratégias de prevenção com outras políticas sociais, tais como saúde, educação e cultura.

Tomando tal referência como ponto de partida, os diagnósticos locais identificaram potenciais iniciativas que podem contribuir para uma estratégia regional de segurança pública.

Entre elas vale a pena destacar as seguintes recomendações feitas aos municípios:

- Ampliar a compreensão das atribuições, das estruturas organizacionais e das ações concretas realizadas pelas instituições de segurança existentes no sentido de mapear suas potencialidades e carências institucionais, necessidades de capacitação de recursos humanos e materiais.
- Obter mais informações sobre como os diferentes segmentos da população da cidade são vitimizados e/ou estão envolvidos nos diferentes crimes que ocorrem no município, de acordo com os critérios etário, de raça, gênero, renda, educação, etc.
- Compreender, de forma mais detalhada, como o tráfico de drogas opera na cidade e qual vem sendo a sua história de desenvolvimento na região.
- Em parceria com as polícias, investir numa análise mais aprofundada dos homicídios na região, procurando estabelecer um perfil da ocorrência com informações sobre local, hora, vítima, agressor, motivação, etc.
- Expandir o mapeamento e construir um mapa com a distribuição espacial dos diferentes tipos de crimes para subsidiar uma análise das dinâmicas criminais considerando o desenho urbano da cidade, seus diferentes bairros, etc.
- Expandir o mapeamento dos programas implementados por outras secretarias, além dos órgãos ligados à segurança pública, particularmente aqueles voltados para jovens, mulheres, e escolas municipais.

- Há um conjunto de desafios relacionados à capacidade institucional de cada município estudado. Seu fortalecimento passa por: institucionalização das políticas de segurança, para que estas não estejam sujeitas a determinantes políticos e mudança de administração;
- Fortalecimento das capacidades dos gestores municipais que atuam no campo da segurança pública e áreas correlatas. Para tanto, são necessárias formações permanentes.
- Aproveitar a estrutura existente no município dedicada à Segurança Pública para realizar um planejamento focando na prevenção, contemplando os impactos previstos resultantes do pré-sal.

Em relação ao último ponto, é ainda mais valioso reconhecer o potencial de ações integradas. Lembrando que um dos fenômenos encontrados na literatura do campo teórico da criminologia é a possibilidade de migração de determinadas condutas criminais diante de intervenções territoriais circunscritas.

Nesse sentido, considerando a contiguidade dos municípios em questão, a elaboração de estratégias compartilhadas, que contemplem um diálogo permanente entre gestores de diferentes municípios, e que vislumbre espaços de planejamento conjuntos é essencial para o desenvolvimento de políticas sustentáveis e eficazes de prevenção e Segurança Pública. Tal cooperação pode permitir que as ações empreendidas tenham alcance efetivamente regional e não apenas neste ou naquele município.

Não obstante, os diagnósticos de cada município retratam especificidades tanto do ponto de vista dos desafios quanto das potencialidades, pautados por dinâmicas sociais, econômicas e culturais locais. Com efeito, uma estratégia regional deve ter no seu horizonte o ponto de equilíbrio entre as formulações coletivas e compartilhadas e as respostas do poder público capazes de atender às demandas locais.

O acesso a estatísticas criminais territorializadas segue sendo uma das maiores lacunas na formulação das políticas de segurança municipais nas cidades compreendidas nesse projeto. Ao mesmo tempo, as experiências municipais exitosas no campo da segurança pública, nacional e internacionalmente, têm na produção de dados um dos seus pilares fundamentais. Nesse sentido, a constituição de observatórios locais e regionais de criminalidade se coloca como uma ferramenta capaz de potencializar a formulação de políticas eficazes de segurança pública;

CIDADES MAIS RESILIENTES, cidades mais seguras



SERGIO FUERTADO | CREATIVE COMMONS

O Brasil conta hoje com alguns exemplos de empreendimentos de desenvolvimento de grande magnitude suficientemente relevantes para transformar por completo a área onde são implementados.

No âmbito das análises de impacto que consideram as dimensões ambientais, econômicas e sociais, é preciso dedicar atenção particular à segurança pública. Seja no que diz respeito ao aumento dos fatores de risco, seja no que se refere ao fortalecimento e resiliência das regiões impactadas.

Entre os efeitos percebidos como decorrência de grandes empreendimentos, estão a alteração do volume e circulação de pessoas, de dinheiro, a criação de novos mercados – legais e ilegais –, assim como a demanda crescente por todo tipo de serviço social. Cria-se um problema quando melhorias proporcionais em termos de infraestrutura, serviços públicos ou fortalecimento institucional não acompanham tais transformações.

Os possíveis efeitos de cenários como o descrito acima são percebidos em diferentes níveis, com consequências diretas para as dinâmicas sociais em geral. Do ponto de vista da segurança, sem um planejamento prévio para mitigar tais efeitos, pode ocorrer, por exemplo, o aumento do conflito e da violência, mas também da prostituição, dos mercados ilegais (não apenas de drogas) e da corrupção policial, entre outros. Todos esses são elementos que afetam a segurança e a capacidade de prover segurança de qualquer lugar, seja uma megacidade, um bairro ou uma comunidade.

O pré-sal tem potencial para transformar de maneira positiva os 13 municípios do Litoral Paulista onde ele será implementado, se as ações públicas forem bem planejadas. Para tanto, do ponto de vista da segurança pública, é preciso que as cidades antecipem essas mudanças e, o mais importante, estejam preparadas para responder a elas por meio de políticas de prevenção à violência e criminalidade.